UMA INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA

PIERCE BUTLER

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

UMA INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA

Pierce Butler

UMA INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA

Prefácio de Blaise Cronin

Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos

A edição de *An introduction to library science*, de Pierce Butler, de 1933, publicada pela University of Chicago Press, primeiro volume da série The University of Chicago Studies in Library Science, é de domínio público, e dela foi feita esta tradução. Na sobrecapa dessa primeira edição estava escrito "*a new approach to librarianship*", conforme assinalou F.K. Walter em *The Library Quarterly*, v. 3, n. 4, p. 434-436, Oct. 1933. A tradução publicada pela Lidador, em 1971, teve por base a segunda edição (na série Phoenix Books da University of Chicago Press), com prefácio de Lester Asheim. O artigo de Blaise Cronin, aqui reproduzido, baseou-se na edição na série Phoenix Books.

Este livro obedece ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Butler, Pierce (1886-1953)
Uma introdução à biblioteconomia. Trad. de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2024.
86 p.

1. Bibliotecas. 2. Livros e leitura. 3. Bibliotecários. 4. Biblioteconomia. I. Cronin, Blaise (pref.). II. Lemos, Antonio Agenor Briquet de (trad.). IV. Título.

ISBN 978-65-89172-05-5 CDD 020 CDU 02

Briquet de Lemos / Livros
SHIN – QL 3 – Conj. 8 – Casa 19
Brasília, DF 71505-285

briquetdelemos@gmail.com

SUMÁRIO

Recado do Editor p. vii

Prefácio. *Uma introdução à biblioteconomia*, de Pierce Butler: um folheto para nosso tempo?
Blaise Cronin, p. ix

Uma introdução à biblioteconomia p. 1
Prefácio, *Louis R. Wilson*, p. 3
Introdução, p. 5
Capítulo 1, p. 9
Capítulo 2, p. 29
Capítulo 3, p. 43
Capítulo 4, p. 60
Capítulo 5, p. 76
Índice, p. 85

Recado do Editor

A primeira tradução deste livro, publicada em 1971 pela editora Lidador, do Rio de Janeiro, foi feita por Maria Luísa Nogueira, com o título de *Introdução à ciência da biblioteconomia*. Edson Nery da Fonseca afirmou: "Esta obra é um dos primeiros produtos da Graduate Library School da University of Chicago, que renovou a biblioteconomia nos Estados Unidos, dando-lhe orientação humanística. [...] Não concordamos com o título da edição brasileira porque *library science* em nossa língua é *biblioteconomia*." (Fonseca, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2007, p. 15.)

A justificativa desta nova tradução, de acesso livre, constitui a continuidade do compromisso de colocar à disposição de profissionais e estudantes de biblioteconomia textos históricos importantes. Assim, foram editados: de Gabriel Naudé, *Conselhos para formar uma biblioteca*, de 1627 (disponível no Internet Archive); *As cinco leis da biblioteconomia*, de S.R. Ranganathan, de 1931 (edição em formato impresso em 2009); (*Missão do bibliotecário*, de José Ortega y Gasset, de 1935 (edição em formato impresso em 2006); de Suzanne Briet, *O que é a documentação*, de 1951 (disponível no Internet Archive); e o *Tratado de documentação*, de Paul Otlet, de 1933 (disponível no Internet Archive e no Repositório da Universidade de Brasília).

Informações biográficas sobre Butler estão em https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/richardson/documents/butler.htm e a bibliografia de seus trabalhos foi publicada em *The Library Quarterly*, v. 22, n. 3, p. 165, July 1952.

Agradecemos ao professor Blaise Cronin por aceder em publicarmos, como prefácio, seu artigo sobre o livro de Pierce Butler.

Prefácio

Uma introdução à biblioteconomia, de Pierce Butler: um folheto para nosso tempo?

Blaise Cronin[1]

Poucos livros de biblioteconomia, se é que houve algum, ainda mais em se tratando de um ensaio de certa extensão, chegaram a vender 20 mil exemplares. *Uma introdução à biblioteconomia*, de Pierce Butler, lançado em 1933, é um deles. Travei contato com ele tardiamente em minha vida profissional, ao redigir a recensão crítica da carinhosa, se bem que rebuscada, biografia de Butler, *The gospel of scholarship*, de John Richardson, de 1992. Ela reproduz o texto completo do marcante livro de Butler e inclui o prefácio que Lester Asheim escreveu cerca de 30 anos depois da primeira edição, para reedição na série Phoenix da University of Chicago Press. Nesse prefácio, o antigo diretor da escola de biblioteconomia da University of Chicago descreveu o "pequeno folheto" de Butler como um "clássico" "da bibliografia da biblioteconomia moderna" (Richardson, 1992: 175-176).

Outros foram menos generosos diante do "folheto para o tempo presente", como o denominou o próprio Butler (Butler, 2024, p. 7).[2] Michael Buckland (1996: 69) definiu-o como uma "boa

[1] Rudy Professor Emeritus of Information Science, Indiana University Bloomington, EUA.
[2] As citações ao livro de Butler remetem à página do texto da presente edição, numerado com algarismos arábicos, e colocado após o prefácio. (N. E.)

polêmica"' mas "totalmente anticientífico" — não obstante o título do livro e as intenções declaradas de seu autor. Quando da primeira leitura de *Uma introdução à biblioteconomia*, descrevi o texto — e aqui, como depois o farei neste trabalho, retomarei algumas linhas de minha recensão do livro de Richardson (Cronin, 1993) — como estilisticamente claro e bastante sensato em algumas partes. A esse respeito, tanto Buckland (1996: 68) quanto eu concordamos em grande parte, tendo ele louvado a "escrita vívida e provocadora" de Butler. Uma vez que minha recensão era do livro de Richardson, e não do de Butler, a maior parte de meus comentários dizia respeito à qualidade da biografia enquanto biografia e não à importância histórica ou duradoura do opúsculo de Butler. Desta vez meu foco se concentra em Butler, não em seu biógrafo.

Que fique registrado que eu, pessoalmente, não me senti tocado pelos textos de Pierce Butler. De fato, acho que nunca o citei. Minha estante de 'clássicos' é mais provável que inclua obras seminais da bibliografia de ciência da informação, como *Little science, big science*, de Derek de Solla Price, que foi objeto de um artigo de revisão publicado no *Journal of Librarianship and Information Science*, de autoria de Furner (2003). Tendo em vista, porém, os debates atuais sobre a natureza e o estado da 'ciência das bibliotecas' (*library science*) nos meios acadêmicos e, acima de tudo, as relações às vezes conflituosas com campos afins, com mais ênfase a ciência da informação (Cronin, 1995, 2005), este é um momento oportuno para reexaminar o texto fundamental de Butler e sua relevância para o pensamento contemporâneo... e também para a prática bibliotecária, posto que Butler de fato dirigia suas observações aos "profissionais atuantes, na esperança de conquistar seu entendimento solidário quanto à tentativa ora em curso para estabelecer *esta necessária ciência das bibliotecas*" (Butler, 2024, p. 7, grifo meu).

A primeira coisa com mais probabilidade de chocar os leitores britânicos, em particular, é o emprego por Butler, e se trata de um emprego estudado, de *library science* [ciência das bibliotecas]

e não 'biblioteconomia' [*librarianship*] no título de seu livro. A preferência norte-americana (embora não seja total) pelo rótulo *library science* — salvo Ranganathan (1931), cujo próprio clássico da década de 1930 se intitulava *The five laws of library science*[1] — foi objeto de comentários meus anteriormente (Cronin, 1995). Basta lembrar que para os profissionais e acadêmicos canadenses e norte-americanos igualmente *library science* continua sendo o descritor preferido, aquele que trafega sem esforço pela língua de uso comum. Deve-se observar que Butler, por mais que em seus textos tenha reforçado esse emprego da expressão, não foi ele quem a cunhou. Conforme Hjørland (2000: 27), *library science* (*Bibliothekswissenschaft*) foi empregado pela primeira vez em um manual alemão editado em 1808,[2] e já existia em 1894 um Department of Library Science em Chicago.

Butler dispôs-se a escrever um manifesto para uma nova espécie de biblioteconomia baseada no método científico. Em linguagem digna do Círculo de Viena, ele censura o bibliotecário que "chegou a imaginar seu ofício como um sacerdócio secular, ministrando um sacramento de comunhão cultural a almas individuais" (Butler, 2024: 6). Uma comparação mais específica seria com *Language, truth and logic*, de A.J. Ayer (1946), que, divertidamente, expulsa da corte filosófica a metafísica. Butler era filho de seu tempo, um pioneiro do positivismo na biblioteconomia. Como afirma no capítulo introdutório, o "bibliotecário estranhamente mostra-se desinteressado dos aspectos teóricos da profissão", condição que somente será superada com a criação de "um corpo orgânico de conhecimentos científicos" e o abandono de questões metafísicas (Butler, 2024: 5, 7). Não se trata, porém, de ele simplesmente estar a refletir o *Zeitgeist* dominante: havia também uma dimensão biográfica. O historiador de bibliotecas Wayne Wiegand (citado por Richardson, 1992: 125) descreveu Butler

[1] *As cinco leis da biblioteconomi*a. Trad. de Tarcisio Zandonade. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009. (N. T.)

[2] SCHRETTINGER, M. *Versuch eines vollständigen Lehrbuches der Bibliotheks-Wissenschaft oder Anleitung zur vollkommen Geschäftsfürung eines Bibliothekärs: in wissenschäflicher Form abgefasst.* München, 1808–1829. (N. T.)

como "um clérigo alquebrado que vivia perturbado com os absolutos da vida, descobriu esses absolutos no método científico de investigação, e ali encontrou uma causa para viver que conquistou discípulos em uma profissão marginal". Uma feliz conjunção do homem com o momento, ao que parece.

É tentador, embora reconhecidamente fantasioso, ver Butler nessa etapa de sua carreira como um equivalente bibliográfico do Wittgenstein inicial, a exigir lógica e rigor científico acima de tudo. Tempos depois, Butler deu uma impressionante guinada — sombras de Wittgenstein outra vez (Monk, 1990) — ao adotar a posição de que a biblioteconomia precisava lançar raízes profundas nos valores e tradições humanísticos, não mais "especialistas sem espírito", tomando emprestada a frase de Max Weber (1930: 182). Butler não levou para a sepultura as ideias que expôs em *Uma introdução à biblioteconomia*; na verdade, parece que ele as renegou pouco depois de sua publicação, exatamente quando outros começavam a pregar o evangelho. É uma ironia da sorte a se ter em mente ao revisitar o ensaio de 1933 que lhe trouxe proeminência.

Neste breve artigo de revisão bibliográfica, caracterizarei sucintamente o conteúdo dos cinco capítulos, além da introdução, que compõem o livro, de modo que as pessoas que desconhecem a obra de Butler tenham pelo menos alguma noção de seu pensamento e, o que não é menos importante, da linguagem que empregou para expor sua posição. Também levarei em conta como encararíamos — e aqui volto ao texto de Richardson (1992: 86) — "sua teoria arquitetônica geral, de grande escala, da biblioteconomia", se a ela fôssemos hoje apresentados. Será que ficaríamos chocados por serem intrinsecamente ingênuas, anacrônicas, perspicazes, inspiradoras?... Seriam suas premissas e argumentos recebidos com aprovação, ceticismo ou com imediato desprezo? Em suma, *Uma introdução à biblioteconomia* resiste à prova do tempo?

A sucinta introdução ao texto pode ser lida como um manifesto. A linguagem é viva e Butler é ousado ao se preparar para

a argumentação. O livro, como já mencionei, era para ser lido por profissionais ocupados. Causa espanto o otimismo do autor de que a audiência que tinha como alvo, aferrada, como reconhece, ao pragmatismo e desinteressada por teoria, não somente leria *Uma introdução à biblioteconomia*, como ainda abraçaria sua mensagem. A meta de Butler é desenvolver um "corpo orgânico de conhecimentos científicos — "conhecimentos acurados" — e subordinar as atividades bibliotecárias ao "estudo científico" (Butler, 2024, 8). No Admirável Mundo Novo de Butler haverá pouco espaço para "juízos pessoais" [...] baseados "somente na experiência profissional de um indivíduo" (Butler, 2024: 8) — exceto talvez no domínio das *belles lettres*.

O capítulo 1, 'A Natureza da Ciência', examina a conduta da ciência e o método científico. Para Butler, a ciência é moderna, e a modernidade traz "novos modos de pensamento" (Butler, 2024: 10). O pensamento moderno, pelo menos nas ciências físicas, passa por três estádios: observação de dados; explicação causal; e avaliação mediante integração (Butler, 2024: 17). Em seguida vem uma parte sobre matemática e teoria da probabilidade e o significado potencial da estatística e da matemática para a administração dos recursos e atividades da biblioteca. Não há dúvida que Butler hoje se sentiria justificado pelo novo emprego rotineiro de sistemas de gestão de informação na análise de operações bibliotecárias fundamentais, tais como as atividades de empréstimo interbibliotecário e, mais recentemente, o tráfego na internet; tendências prefiguradas, deve-se dizer, no trabalho de Philip Morse (1968) inspirado nos primeiros estudos de pesquisa operacional.

Apesar de exaltar a modernidade, especificamente a investigação científica séria, ele admite que valores estéticos e espirituais não podem, e realmente não devem, ser excluídos da prática da biblioteconomia, somente por causa da ligação central desse campo com a literatura. Ao embarcar em sua polêmica positivista, é cuidadoso ao observar que "não se tentou traçar em minúcias o lado humanístico da biblioteconomia" (Butler, 2024: 28), trazen-

do à memória o famoso aforismo de Wittgenstein (1992, Proposição 7), que diz "daquilo que não se pode falar deve-se calar". Essa com certeza parece ser a atitude de Butler no que concerne a *Uma introdução à biblioteconomia*. O lado humanístico é simplesmente engavetado. O ponto de partida de Butler é a bifurcação de biblioteconomia [*librarianship*], uma vocação inerentemente subjetiva, e ciência das bibliotecas [*library science*], um conjunto de métodos supostamente rigorosos e conhecimentos validados.

Em anos recentes, o positivismo tornou-se uma espécie de termo pejorativo na comunidade norte-americana de biblioteconomia e ciência da informação (BCI), e, o que não causa surpresa, Butler aparece somente como uma nota de rodapé histórica no currículo de BCI, se é que, na verdade, aparece alguma vez. O crescente interesse por métodos qualitativos de pesquisa em detrimento dos métodos quantitativos (p. ex., etnográficos, antroplógicos, hermenêuticos e fenomenológicos) em BCI tem sido acompanhado de muito bate-boca e confusões. No entanto, em um artigo deliciosamente convincente (*The Library Quarterly* outra vez), Alan e Pamela Sandstrom (1995: 164) observam que "um dos mais flagrantes equívocos sobre as pesquisas qualitativas em geral e sobre as pesquisas etnográficas em particular é que elas representam necessariamente uma alternativa à ciência objetivista ou positivista". Lamentam, como o faria o Butler inicial, se vivo estivesse hoje, a ascensão de mal informada "epistemologia anticientífica" (Sandstrom e Sandstrom, 1995: 190). A situação descrita pelos dois Sandstrom é apenas um sintoma do mal-estar intelectual que afeta e biblioteconomia acadêmica nos Estados Unidos (Cronin, 1995).

Hoje em dia, grande parte dos escritos *soi disant* acadêmicos na área de BCI está encharcada de teorias pós-modernistas e oferece tratamento quase hagiográfico a filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida. Inclusive a veneranda *The Library Quarterly* (editada pela University of Chicago, o antigo reduto de Butler) abraçou o pós-modernismo (p. ex., Budd, 1995; Radford, 1992), em um movimento que talvez haja feito o autor de *Uma introdu-*

ção à biblioteconomia revolver-se na sepultura. Não quero dizer, porém, que toda a produção intelectual pós-moderna tenha os mesmos defeitos. Ronald Day (1996: 317) escreveu, de maneira lúcida e útil, sobre "a crise epistemológica da ciência moderna nos últimos trinta anos" e suas implicações para a construção da pesquisa e do conhecimento na BCI. A crise a que Day se refere diz respeito à luta — e aqui estou, forçosamente, simplificando muito — entre relatos estrutural-funcionalistas da ciência (p. ex., Merton, 1973) e o relativismo sociológico (ver Hacking, 1999, sobre as formas tanto fracas quanto fortes de construcionismo). A ciência não usufrui mais um status privilegiado, mas, ao contrário, é vista como um sistema social secular, exatamente como qualquer outro, no qual pretensões de conhecimento altamente contestadas são, em última análise, moldadas por ações, valores e motivações individuais. As 'guerras científicas' e as 'guerras culturais' de anos recentes revelam quão polarizados se tornaram os diferentes campos e a irreconciabilidade entre pontos de vista epistemológica e ideologicamente rivais (p. ex., Gross e Levitt, 1998). Em resumo, suspeito que Butler ficaria assombrado com a tortuosidade de grande parte das pesquisas de BCI e apreensivo com o caráter rebarbativo dos debates contemporâneos.

A paisagem acadêmica da década de 1930 era muitíssimo diferente da de hoje: simplesmente inexistiam estudos sociais sobre ciência e sobre ciência e tecnologia como áreas reconhecidas ou reconhecíveis de pesquisa acadêmica. Se houvesse, seria concebível, naturalmente, que Butler houvesse construído seus argumentos de modo diferente. Não é este, no entanto, o lugar para contrafazer a história. Ao contrário, encaminhe-se o leitor a uma ponderada avaliação feita por Nancy Van House (2004) dos benefícios potenciais para os estudos sobre informação de teorias e métodos com origem na bibliografia de estudos sobre ciência e tecnologia. Butler, assim, estava certo pela metade ao dizer que "haverá um intercâmbio de ideias, contínuo e recíproco, com outros campos de pesquisa científica" (Butler, 2024: 25). Há elevado nível de importação de ideias (principalmente da ciência da com-

putação, da interação homem–computador, linguística, filosofia e ciência política), mas a BCI, e esta é a outra metade em que Butler errou, permanece como uma débil exportadora de percepções, teorias ou métodos (Cronin e Pearson, 1990); Miyamoto *et al.*, 1990: 81). Setenta anos passados e ainda continuamos com um pesado déficit nesse intercâmbio.

O capítulo 2 intitula-se 'O Problema Sociológico'. Trata, essencialmente, da "acumulação social de conhecimentos" (Butler, 2024: 29) e sua utilização subsequente na sociedade. Pela maneira de falar atual, o foco de Butler é estrutural e lida com o capital intelectual humano. Mais especificamente, e mantendo seu compromisso com o método científico, ele propõe um "estudo sociológico contínuo de características e atividades" do grupo (Butler: 2024, 42), como suporte a um planejamento bibliotecário eficaz. Vemos aqui a influência em Butler da famosa escola de sociologia de Chicago que floresceu durante o período 1915–1935 (Abbott, 1999). Com benevolência, podemos considerar essas ideias incipientes sobre conhecimentos sociais, aquisição de conhecimentos e instituição social como um precursor da epistemologia social, expressão empregada pela primeira vez por Margaret Egan e Jesse Shera, quando escreveram em *The Library Quarterly*, uns 20 anos mais tarde, para descrever uma nova disciplina que "proporcionaria uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais da sociedade" (Egan e Shera, 1952: 132).

Poucos hoje se oporiam ao apelo de Butler, e o currículo atual de BCI não só inclui rotineiramente cursos como 'Bibliotecas na Sociedade' ou 'A Sociedade da Informação' e debates sobre o papel desempenhado por certas instituições, como a biblioteca pública, no processo de reprodução cultural (p. ex., Harris e Hannah, 1993), mas também assegura que os alunos conheçam análise de comunidade e elaboração de perfis de necessidades por meio de exposição a pelo menos alguns dos estudos clássicos da bibliografia sobre estudos de uso e usuários (p. ex., Berelson, 1949; Totterdell e Bird, 1976).

Para alguém comprometido com o método científico, Butler mostra-se estranhamento discursivo neste capítulo. Ele contém, *inter alia*, várias afirmativas embaraçosas relativas ao ensino de línguas nas escolas. Por um lado, ele é de opinião que ninguém "pode sustentar que a exigência quase universal do latim devesse ter continuidade" — opinião que, diga-se, é compartilhada pelos sistemas de ensino médio tanto do Reino Unido quanto dos Estados Unidos atualmente — mas Butler não apresenta qualquer evidência em apoio a sua convicção. Por outro lado, opõe-se firmemente à inclusão de estudo de espanhol no currículo para ocupar o vazio deixado pelo latim. De passagem, ficamos a imaginar como sua frase "fizessem de conta que aprendiam a língua das Américas ao sul dos Estados Unidos" (Butler, 2034: 41) seria recebida pelos membros da REFORMA, a National Association to Promote Library and Information Services to Latinos and the Spanish Speaking (www.reforma.org). Não há dúvida que o infeliz Pierce seria exposto ao sarcasmo público por sua incorreção política e aparente insensibilidade perante 56 milhões de hispano-falantes e latinos que vivem nos Estados Unidos. *Autres temps, autres moeurs*.

No capítulo 3 passamos do sociológico para o psicológico e colhemos um tema introduzido tentativamente no capítulo 2, a saber, "o efeito da leitura na sociedade" (Butler, 2024: 39). A impiedosa pergunta de Butler — "A leitura excessiva de obras de ficção de qualidade inferior aumenta o número de delinquentes?" (Butler, 2024: 39) — faria com que os cenhos dos contemporâneos se franzissem, a são ser que a substituíssemos por "exposição excessiva a filmes e/ou videogames violentos". 'O Problema Psicológico' é um breve capítulo dedicado à questão da leitura e seus efeitos cognitivos, estéticos e afetivos sobre os indivíduos. Ao revisitar esses dois capítulos sobre o sociológico e o psicológico, respectivamente, sinto-me inclinado a pensar que teriam funcionado melhor se fossem um só.

Butler não cita nessas páginas nenhuma pesquisa publicada; basta-lhe opinar e conjeturar. Com justiça, no entanto, pelo me-

nos alude informalmente a Thorndike e poucos outros. Também levanta uma bateria de questões muitas das quais poderiam servir de base para um programa de pesquisas sobre leitura, uma evidência a mais de seu interesse em aplicar métodos e princípios científicos à biblioteconomia prática. Por último, deixa transparecer uma veia pessimista: "A última fase de nosso problema psicológico é a questão do efeito da leitura na vida mental do leitor. Isso, entretanto, é tão obscuro que qualquer tentativa de analisar suas complexidades com base só em observações genéricas quase certamente será infrutífera" (Butler, 2024: 59). Dificilmente seriam palavras de um verdadeiro cientista!

Com o passar dos anos, um volumoso corpo de pesquisas foi sendo erguido a respeito da natureza da leitura, enriquecimento cognitivo, características de alunos que foram bem-sucedidos e dos que falharam, compreensão de leitura, técnicas de instrução de leitura (para um panorama selecionado de pesquisas pertinentes, o leitor pode procurar em https://cct.edc.org/rtl), para não falar da teoria do leitor–resposta/leitor–recepção em estudos literários e culturais (p. ex., Eagleton, 1983). Aposto que Butler ficaria contente ao saber que existe uma International Reading Association com sua própria revista, viva há quase 40 anos, a *Reading Research Quarterly*. Dispomos agora de respostas (ou quase respostas) a muitas das questões levantadas por Butler graças a várias décadas de consistentes investigações empíricas e experiências feitas por educadores, cientistas cognitivos, psicólogos do desenvolvimento, linguistas e outros.

O capítulo 4 de *Uma introdução à biblioteconomia* é dedicado ao problema histórico. "A biblioteconomia," nos diz Butler, "só pode ser inteiramente entendida mediante a compreensão de suas origens históricas" (Butler, 2024: 62) e assim, como convém, nos é oferecido um breve excurso desde as tabuletas de argila até as "forças sociais peculiares" que moldaram a biblioteca pública norte-americana. Butler escarnece do "individualista teimoso" e dos "fatores pessoais" (Butler, 2024: 63)) que tanta influência exerceram sobre o desenvolvimento das coleções de bibliotecas

públicas. Os norte-americanos, continua ele, alimentam uma “paixão por livros, simplesmente como livros, que parece ser uma memória popular inconsciente da fome de leitura nas regiões de fronteira” (Butler, 2024: 62). Como contraste, o bibliotecário (científico) deve possuir “uma clara consciência histórica” e conhecimento da “bibliografia formal” (Butler, 2024: 75).

A releitura desses trechos trouxe-me à mente outro opúsculo perspicaz, embora com foco e tom diferentes, *The American public library and the diffusion of knowledge*, de William Learned, que veio à luz uma década antes do livro de Butler. A visão que Learned tinha da biblioteca pública norte-americana era de um “serviço comunitário de inteligência” que funcionasse com “pessoal de inteligência” capacitado, que seriam “os reais timoneiros de sua vida [da comunidade] social, intelectual e econômica” e não “meros arrumadores de livros segundo a tradição profissional” (Learned, 1924: 12-17). E isso nos anos de 1920! O serviço metamorfoseado seria “tão familiar para todo morador do local quanto a agência de correios e defendido inevitavelmente da mesma forma” (Learned, 1924: 12). De início, fiquei curioso com o fato de não encontrar qualquer menção a Learned no livro de Butler, porém, me ocorreu que parece que Butler nunca deu crédito a qualquer de seus pares ou antecessores. Como não terei como dizê-lo de forma melhor, passo a Michael Buckland a missão de dizer o que precisa ser dito sobre essa questão: “Não apenas Butler omite menção a Panizzi, Cutter, Dewey, Jewett, Bliss ou qualquer outro dos que contribuíram para a biblioteconomia, como ainda escreve de um jeito que é como se jamais tivesse havido tal contribuição... Isso torna irônica sua crítica aos bibliotecários tantas vezes citada por serem “estranhamente desinteressados dos aspectos teóricos da profissão.”” *Touché!*

E agora chegamos ao capítulo de conclusão, dedicado a considerações de ordem prática e à exaltação de uma força de trabalho profissional. Uma “filosofia profissional” baseada nos “conhecimentos humanos sistematizados” proporcionará à biblioteconomia uma “franqueza de ação” (Butler, 2024: 76), sustenta Butler

ao começar a puxar e juntar os vários fios. O bibliotecário do futuro "deve conhecer não apenas sociologia especializada e psicologia, mas também um tipo específico de ciência histórica" (Butler, 2024: 79). Butler continua na mesma linha, às vezes quase repercutindo Learned; por exemplo, ao tratar da nomeação de bibliotecários ele observa sem rodeios que alguns não tem qualquer qualificação a oferecer a não ser sua "inaptidão para qualquer outro emprego acadêmico" (Butler, 2024: 82). Butler oferece um modelo em três níveis da profissão: "O trabalhador profissional da biblioteca que deve possuir um conhecimento científico geral que o capacitará a identificar as complexas necessidades de uma comunidade heterogênea em matéria de biblioteca. [...] O trabalhador técnico da biblioteca que deve ter recebido treinamento vocacional para controlar o aparato da biblioteca em vista da concretização eficiente dos objetivos que lhe foram atribuídos. [...] O trabalhador administrativo da biblioteca que precisa de aptidões operacionais que lhe permitam alcançar determinado propósito" (Butler, 2024: 82)... Essa demarcação do trabalho não está a um milhão de quilômetros das realidades atuais, embora hoje em dia fosse desejável um quarto nível, dedicado a liderança, administração e estratégia organizacional.

Butler levanta a questão razoavelmente plausível a favor de uma nova espécie de profissão e também "um sentido de unidade profissional" (Butler, 2024: 83), mas o faz sem qualquer análise real da evolução da biblioteconomia como profissão. Com tal fim, o leitor interessado poderia fazer algo pior do que recorrer ao modelo geral de sistemas de profissão de Andrew Abbott (1988), modelo que ele de fato aplicou à biblioteconomia. Butler, se estivesse hoje entre nós, sentiria satisfação com a quantidade de programas de pós-graduação nos Estados Unidos em biblioteconomia (no nome ou na essência, o imenso quadro de membros da American Library Association e o vigor das inúmeras associações profissionais. Igualmente, ficaria desapontado com aqueles que questionam a importância de um mestrado em biblioteconomia (p. ex., Plaiss, 1990) ou, pior, duvidam do significado do profis-

sionalismo em si (p. ex., Cronin e Davenport, 1988).

Uma introdução à biblioteconomia é um texto peculiar, às vezes exortatório e polêmico, outras vezes ponderado ou absolutamente convicto. Carece de referências, ostensivamente desconectado de trabalhos anteriores sobre a natureza, história e evolução da biblioteconomia. Talvez Butler desejasse construir sua tese *de novo*, mas o resultado é um livreto evasivo a flutuar em um espaço a-histórico. O anseio mostrado por Butler de dar à biblioteconomia uma base científica não é em si objetável nem impensado, porém instilar no ofício da biblioteconomia concepções, métodos e técnicas de outros campos como sociologia e psicologia não cria *per se* uma ciência. Não existe e não pode existir algo como 'ciência das bibliotecas'. Lamentavelmente, o livro supostamente bem-intencionado de Butler teve efeito deletério ao dar credibilidade a esse fogo-fátuo acadêmico. Um caso, talvez, de *déformation professionelle*?

Referências

Abbott, A. *The system of professions: an essay on the division of expert labor.* Chicago: Chicago University Press, 1988.

Abbott, A. *Department and discipline: Chicago and sociology at one hundred*. Chicago: Chicago University Press, 1999.

Ayer, A.J. *Language, truth and logic*. New York: Dover, 1946. Em português: *Linguagem, verdade e lógica*. Trad. de Anabela Mirante. Lisboa: Presença, 1991.

Berelson, B. *The library's public*. New York: Columbia University Press, 1949.

Buckland, M. Documentation, information science, and library science in the u.s.a. *Information Processing & Management*, v. 32, n. 1, p. 63-76, 1996.

Budd, J.M. An epistemological foundation for library and information science. *The Library Quarterly*, v. 65, n. 3, p. 295-318, 1995.

Butler, P. *An introduction to library science*. Chicago: Chicago University Press, 1933. Em português: *Uma introdução à biblioteconomia.* Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2024. Em formato digital.

Cronin, B. Review of Richardson, J.V. *The gospel of librarianship: Pierce Butler and a critique of American librarianship.* Metuchen, n.j. Scarecrow, 1992. *International Journal of Information and Library Research*, v. 5, n. 1,

p. 61-63, 1993.
Cronin, B. Shibboleth and substance in North American library and information science education. *Libri*, v. 45, n. 1, p. 45-63, 1995.
Cronin, B. An i-dentity crisis? The information schools movement. *International Journal of Information Management*, v. 25, n. 4, p. 363-365, 2005.
Cronin, B.; Davenport, E. *Post-professionalism: transforming the information heartland*. London: Aslib, 1988.
Cronin, B.; Pearson, S. The export of ideas from information science. *Journal of Information Science*, v. 16, n. 6, p. 381-391, 1990.
Day, R. Lis, method and postmodern science. *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 37, n. 4, p. 317-324, 1996.
Douglas, M. *How institutions think*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1986.
Eagleton, T. *Literary theory: an introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983. Em português: *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
Egan, M.; Shera, J. Foundations of a theory of bibliography. *The Library Quarterly*, v. 22, p. 2, p. 125-137, 1952.
Furner, J. Little book, big book: before and after *Little science, big science*: a review article, part I. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 35, n. 2, p. 115-125, 2003.
Gross, P.R.; Levitt, N. *Higher superstition: the academic left and its quarrels with science*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1998.
Hacking, I. *The social construction of what?* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.
Hjørland, B. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000.
Learned, W.S. *The American public library and the diffusion of knowledge*. New York: Harcourt, Brace: 1924.
Merton, R.K. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
Miyamoto, S.; Midorikawa, N.; Nakayama, K. A view of studies on bibliometrics and related subjects in Japan. In: Borgman, C.L., ed. *Scholarly communication and bibliometrics*. Newbury Park, CA, 1990, p. 73-83.
Monk, R. *Ludwig Wittgenstein: the duty of genius*. London: Penguin, 1990.
Morse, P.M. *Library effecttiveness: a systems approach*. Cambridge, MA: MIT Press, 1968.
Plaiss, M. Libraryland: pseudo-intellectuals and dullards. *American Libraries*, v. 21, p. 588-589, 1990.
Radford, G.P. Positivism, Foucault and the fantasia of the library: conceptions of knowledge and the modern library experience. *The Library Quarterly*, v. 62, n. 4, p. 408-424, 1992.

Ranganathan, S.R. *The five laws of library science*. Madras: Madras Library Association; London: Edward Goldston, 1931. Segunda edição: Madras: Madras Library Association; London: Blunt and Sons, 1957. Em português: *As cinco leis da biblioteconomia*. Trad de Tarcisio Zandonade. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

Richardson, J.V. *The gospel of scholarship: Pierce Butler and a critique of American librarianship*. Metuchen, n.j.: Scarecrow, 1992.

Sandstrom, A.R.; Sandstrom, P.E. The use and misuse of anthropological methods in library and information science research. *The Library Quarterly*, v. 65, n. 2, p. 161-199, 1995.

Totterdell, B.; Bird, J. *The effective library: a report of the Hillingdon project on public library effectiveness*. London: Library Association, 1976.

Van House, N. *Science and technology studies and information studies*. In: Cronin, B., ed. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 38, p. 3-86, 2004.

Weber, M. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Charles Scribner, 1930. (Trad. de T. Parsons.) Em português: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Wittgenstein, L. *Tractatus logico-philosophicus*. London: Routlege, 1922. (Trad. de D.F. Pears e B.F. McGuinness.) Em português: *Tractatus logico--philosophicus*. Trad. de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2022.

UMA INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA

PIERCE BUTLER

PREFÁCIO

A Graduate Library School da University of Chicago foi criada em 1926 em resposta ao anseio de muitos bibliotecários e organizações interessados na educação em biblioteconomia no sentido de que houvesse uma escola ligada a uma das grandes universidades dos Estados Unidos que se dedicaria ao estudo avançado e à pesquisa no campo da biblioteconomia.

Ao insistirem na criação de tal escola, seus defensores estavam impressionados com o rápido crescimento dos recursos nas bibliotecas norte-americanas e sua complexidade que, por conseguinte, era crescente. Estavam convencidos da necessidade de oferecer educação conforme os mais elevados padrões de erudição, a fim de que fossem garantidas as formas mais eficientes de organização e administração de bibliotecas. A rápida expansão das bibliotecas públicas, municipais, escolares e especializadas era prova convincente de que as relações dessas instituições com a sociedade e o governo eram de tal natureza que exigiam consideração tão ampla e erudita quanto a que era concedida ao desenvolvimento e direção de instituições sociais e econômicas.

A University of Chicago, ao assumir a responsabilidade pela implantação dessa escola, manteve sempre em mente esses objetivos. Consequentemente, a Graduate Library School, concebida sobre essa base, comprometeu-se a levar a cabo tais objetivos por meio da organização dos programas e métodos de ensino que adota e para que sua correlação de seu trabalho com o de outras escolas e departamentos da universidade tenha algo importante a contribuir para o estudo de biblioteconomia. A escola também deu início à publicação de *The Library Quarterly,* pela qual membros dos corpos docente e discente, bibliotecários e outros pode-

rão divulgar resultados de pesquisas ou registrar acontecimentos significativos nos variados campos de interesse bibliotecário.

E, para avançar ainda mais esse trabalho, a escola começa aqui a publicação de uma série de estudos em biblioteconomia nos quais aparecerão de tempos em tempos os resultados de investigações de maior vulto que não possam ser divulgadas, de modo apropriado, nas páginas de *The Library Quarterly*.

O presente volume, *Uma introdução à biblioteconomia*, é o primeiro a aparecer nessa série. Foi redigido pelo dr. Pierce Butler, que fazia parte do quadro da Newberry Library e atualmente é professor de história bibliográfica na Graduate Library School.

Como diz o título, refere-se ao estudo da biblioteconomia como ciência. É de se salientar, porém, que, se o título for interpretado de modo muito literal, será motivo de equívoco. O volume não é um manual elementar sobre regras e processos bibliotecários. Pelo contrário, nos ensaios enfeixados no volume, o dr. Butler estabelece a natureza essencial da ciência conforme a concebe, e mostra como os problemas da biblioteca moderna como instituição social importante podem ser estudados de acordo com seu espírito e métodos. A esse respeito, reflete o enfoque adotado pela escola em face da biblioteconomia e a atitude por ela assumida no estudo e na investigação dos problemas bibliotecários.

Admitimos que são muitos os bibliotecários que não concordarão com que se estude biblioteconomia apropriadamente dessa forma. Já foram expressas diferenças de opinião sobre esse ponto, e continuarão. A expectativa do dr. Butler e da escola, porém, é que, embora essa diversidade de opiniões continue a existir, aqueles que forem adeptos de opinião contrária concedam a esta exposição um ouvido de simpatia. Seu depoimento, que nasce de sua própria experiência individual e convicção, é apresentado com tal franqueza e simplicidade que, conquistando ou não acolhida simpática, merece ser lido com consideração.

Louis R. Wilson
1° de março de 1933

INTRODUÇÃO

A biblioteca foi criada pelas necessidades concretas da civilização moderna. Constitui hoje em dia uma unidade imprescindível do tecido social. A cultura deve transcender o indivíduo, pois ele é essencialmente uma acumulação social de experiências mediante a qual os indivíduos de cada geração possuem, pelo menos potencialmente, tudo aquilo que seus predecessores chegaram um dia a aprender. Os livros são um mecanismo social de preservação da memória racial e a biblioteca é um equipamento social para transferir essa memória para a consciência de pessoas vivas. Qualquer entendimento que se tenha de sociedade deverá incluir uma explicação deste elemento social e de sua função na vida em comunidade. A biblioteconomia, portanto, ocupa seu lugar entre os fenômenos a serem estudados em qualquer sistema de ciência social.

Ao contrário de seus colegas de outros campos da atividade social o bibliotecário estranhamente mostra-se desinteressado dos aspectos teóricos da profissão. Ele parece possuir uma imunidade ímpar a essa curiosidade que, alhures, impulsiona o homem moderno a buscar, de algum modo, dar rumo a seus esforços individuais dentro da corrente principal da existência humana. O bibliotecário aparentemente posta-se solitário na simplicidade de seu pragmatismo: uma racionalização de cada processo técnico imediato por si mesmo parece satisfazer seu interesse intelectual. Deveras, qualquer esforço para generalizar essas racionalizações em uma filosofia profissional parece-lhe não apenas inútil, mas claramente perigoso. Ele tem perfeita noção dos valores subjetivos que estão implícitos em cada contato do indivíduo com as realizações culturais da humanidade. Ele, por conseguinte, pare-

ce temer o advento da ciência com medo de sua objetividade insensível. Pelos critérios da razão pura qualquer pessoa não passa de uma minúscula unidade na multidão de sua espécie. A duração de sua vida não passa de uma pulsação no processo cósmico. A individualidade está limitada ao ciclo de vida da espécie. Nos estreitos limites de variação até a própria personalidade não deixa de ser a recorrência de um tipo estabelecido. A ciência não pode penetrar a autoconsciência da emoção, pois esta é intangível e incomunicável: esperança, felicidade, ambição, arrependimento, desespero e devoção são termos vazios de todo significado externo. Contudo, em última análise, abarcam o significado supremo do universo para cada pessoa viva. O próprio cosmos, para o indivíduo, não tem existência, a não ser que o sinta.

Ao se preocupar com esses valores emocionais, o bibliotecário chegou a imaginar seu ofício como um sacerdócio secular, ministrando um sacramento de comunhão cultural a almas individuais. Perante toda sugestão para que sua atividade seja examinada como fenômeno social objetivo, sua reação é recuar atemorizado, pelo medo de que isso só possa ser feito com o sacrifício de toda espiritualidade. Ele tem bons motivos para esse medo. A lógica é implacável e impiedosa. Os estudos científicos comumente não propiciam o surgimento de uma ampla simpatia humana. O cientista devido à própria limitação de seu interesse pode tornar-se arbitrário, dogmático e intolerante em face de tudo que não entenda. Ele, de modo que não difere muito do de outros indivíduos, sente aquele impulso perverso de negar a existência daquilo que ele próprio não experimentou. O institucionalismo sistematizado é severo, às vezes, para sensibilidades pessoais. A escola, o abrigo de indigentes, a igreja e o hospital tiveram, cada um, de pagar um certo preço pela qualidade espiritual, qualquer que fosse, resultante de uma abordagem científica de seus problemas. No entanto, poucos daqueles mais interessados parecem duvidar que os benefícios compensaram em muito o custo ou ver qualquer incompatibilidade intrínseca entre uma personalização do indivíduo e uma generalização de seu tipo.

Assim acontecerá na biblioteconomia. Um corpo orgânico de conhecimentos científicos também será erguido para dar conta das complexas atividades desta instituição social. O bibliotecário no futuro terá a seu dispor informações precisas onde atualmente dispõe apenas de hipóteses *ad hoc* formuladas a partir das condições peculiares de sua experiência individual. Assim como o professor, o assistente social e o médico de hoje em dia, ele também ficará livre de muitas das perplexidades que sempre emergem quando o profissional ocupado deixa seus pensamentos divagarem sobre as questões mais amplas da eficiência real e do valor final do que está fazendo.

Nem todo bibliotecário é chamado para participar ativamente da síntese da biblioteconomia. Enquanto uns poucos desenvolvem esses estudos, a maioria deve continuar a dedicar todo seu esforço às funções normais e ao crescimento do sistema existente de bibliotecas. É, porém, da máxima importância que todo aquele que trabalha em biblioteca tenha um entendimento solidário sobre o que está sendo buscado. Somente assim haverá alguma certeza de que a ciência resultante levará em conta toda fase da biblioteconomia suscetível de uma abordagem científica, e que só assim suas fases exclusivamente humanísticas serão preservadas intactas como parte da prática profissional.

O ensaio que se segue é um folheto para o tempo presente. Destina-se não aos próprios pesquisadores, mas aos profissionais atuantes, na esperança de conquistar seu entendimento solidário quanto à tentativa ora em curso para estabelecer esta necessária ciência das bibliotecas. A fim de tornar a exposição completa, pareceu válido incluir um primeiro capítulo sobre a natureza da própria ciência. Sempre que os bibliotecários se reúnem evidencia-se em suas discussões que empregam esta palavra 'ciência' com uma vasta diversidade de significados. Ainda que a definição um tanto longa aqui apresentada talvez não satisfaça a todos, com exceção de seu autor, temos a esperança de que estabelecerá o sentido com que o termo é empregado nas páginas seguintes. Por motivos similares, inclui-se ainda uma exposição supostamente

simples e empírica dos princípios fundamentais dos métodos estatísticos. Isso também parece ser matéria na qual há quase tantos graus de opiniões quanto bibliotecários para sustentá-las.

Depois desse digressivo primeiro capítulo a discussão não se afasta muito do tema principal da biblioteconomia. Sob as três categorias da sociologia, psicologia e história, faz-se uma tentativa de levantamento preliminar dos fenômenos mais evidentes que acontecem no campo de atuação da biblioteca. Comumente está implícito, apesar de nem sempre se expressar, o corolário de que se ganharia um conhecimento mais preciso daquilo que estiver em causa se cada fase sujeitar-se a um estudo científico.

Não há melhor destino a se almejar para o que aqui for escrito do que o de que ele rapidamente se torne obsoleto. Atualmente, não se dispõe de informações precisas para muitas das questões a serem discutidas. Foi preciso, portanto, lançar mão de juízos pessoais, os quais, por sua vez, baseiam-se somente na experiência profissional de um indivíduo. Algumas coisas, sem dúvida, são descritas erroneamente e outras em proporções distorcidas. No entanto, a situação que fez com que isso fosse inevitável está fadada a passar. Com o desenvolvimento da biblioteconomia alcançaremos conhecimentos acurados quando atualmente temos de lançar mão de opiniões subjetivas.

Capítulo 1

A NATUREZA DA CIÊNCIA

I

A palavra 'ciência' é empregada com significados muito diferentes. Na linguagem coloquial, amiúde conserva o significado simples e impreciso de conhecimento de qualquer tipo. No outro extremo, alguns estudiosos limitam o termo àquelas conotações precisas que adquiriu nos estudos específicos por eles realizados. Entre tais limites seria possível construir um espectro completo de usos em que a palavra muda de tonalidade em uma gradação imperceptível e, no entanto, atravessa toda uma série de definições peculiares. As palavras, porém, são menos importantes do que as ideias. A ambiguidade da palavra 'ciência' é importante somente por revelar uma real diferença de opiniões quanto à qualidade essencial do pensamento moderno. Para explicar essa diferença de opiniões devemos recuar até o complexo de ideias do qual brotou essa palavra.

Esse termo chegou ao vocabulário moderno como resultado de mudanças revolucionárias da teoria em campos que antigamente eram conhecidos coletivamente como 'filosofia natural'. Por longo tempo, apresentou uma qualidade controvertida. Servia como grito de guerra para radicais aguerridos; foi recolhido e devolvido como epíteto depreciativo por parte de seus adversários conservadores. Apesar de essa qualidade política estar agora quase esquecida a palavra ainda carrega um forte matiz dos estudos de física em que ela nasceu. O modo científico de pensamento é muito raramente generalizado além das formas particulares que

assumiu para o estudo de fenômenos mecânicos. Ainda há, por exemplo, físicos que ridicularizam a própria ideia de uma ciência de religião comparada e negam a possibilidade de qualquer filologia científica.

Talvez esses protestos sejam altamente razoáveis. No entanto, o significado de uma palavra é determinado pelo uso social e não por uma definição lógica. Por consenso social, a característica dominante do pensamento moderno é considerada científica. Exceto quando esse caráter moderno não difere dos modos intelectuais usados por culturas pré-modernas, pareceria que o termo 'ciência' deve incluir todo conhecimento que seja nitidamente de índole moderna. Para termos uma definição adequada da palavra devemos procurar as qualidades características de todo o pensamento moderno e não os elementos peculiares de um campo específico.

Pareceria óbvio que o pensamento moderno difere essencialmente dos diversos hábitos intelectuais correntes em outras épocas. Não foi só o conteúdo de nosso conhecimento que mudou, mas sua própria contextura é algo novo. Enquanto a mentalidade medieval apelava para a autoridade, e a mentalidade renascentista para um sentido de valores, a mentalidade moderna exige um realismo objetivo. Tipos mais antigos persistem. Ainda há pessoas cujo pensamento é essencialmente medieval ou humanístico. Talvez mente alguma esteja isenta por completo, em cada fase de sua atividade, de sobrevivências de hábitos mentais incoerentes. Contudo, o homem moderno, na medida em que tiver uma mente moderna, raciocina conforme maneiras que são novas na história intelectual da humanidade. E descrever esses novos modos de pensamento com precisão seria, em substância, definir a própria ciência moderna.

Uma qualidade importante desse pensamento encontra-se numa consciência sempre presente de sua própria modernidade. Uma pessoa de hoje em dia sabe que seus processos mentais são diferentes até mesmo dos de seus ancestrais imediatos. Apesar de comumente sentirem orgulho dessa peculiaridade, em certos

estados de ânimo a pessoa se perturba com o isolamento de sua geração. Então, sua incapacidade de pensar o que seu avô pensava é vista como uma perda angustiante em termos de empatia humana. Isso, porém, não passa de um reflexo único e emocional de sua variada percepção das diferenças intelectuais de tudo que aconteceu antes.

Outra qualidade significativa do pensamento moderno encontra-se em sua epistemologia. Toda vez que a palavra 'ciência' é empregada em sentido coloquial, parece sempre que isso incorpora uma convicção de que os conhecimentos assim denominados sejam de uma espécie particularmente válida. Comumente isso implica um contraste com ideias não científicas. Uma pessoa moderna, consciente ou não disso, possui uma clara teoria do conhecimento, tanto de forma positiva quanto negativa. Está inteiramente convencida de que opiniões formadas mediante certos processos a partir de certos tipos de evidências são verdadeiras; do mesmo modo tem certeza de que ideias alcançadas por outros processos de outros tipos de evidências, embora possam ser verdadeiras, não são válidas. A pessoa se vale desses critérios não tanto em seus próprios processos mentais, mas para justificar sua concordância com opiniões que lhe chegam prontas. À maneira de seus antepassados, submete-se à autoridade. Mas para essa pessoa autoridade é uma concepção totalmente moderna. Aceita-a somente por acreditar que é verdadeira. Pressupõe que suas afirmações são cientificamente comprovadas antes de serem sancionadas. Aceita suas verdades somente porque pressupõe que elas decorrem pelo mesmo tipo de processo da mesma espécie de evidência que ela aceitaria se houvesse tido treinamento e tempo para alcançá-las por si mesma. Em outras palavras, acredita que sejam científicas. Assim em sua mais modesta confissão de ignorância permanece um sentimento de autoconfiança intelectual. Embora seja mentalmente humilde jamais é desprezível.

Em grande parte, equivoca-se em seu pressuposto de que todo o conhecimento moderno é resultado de processos com os quais guarda familiaridade. Em extensas áreas do pensamento moder-

no isso não é verdadeiro de modo algum. Mas, por enquanto, podemos deixar de lado essa discrepância para examinar mais detidamente os processos que a pessoa realmente compreende. Serão estes os elementos do pensamento científico que foram incorporados ao caráter intelectual moderno.

II

O homem moderno raramente se preocupa com dificuldades metafísicas. Seus interesses são essencialmente pragmáticos. Pouco pensa acerca do abismo intransponível entre uma mente perceptiva e o objeto de sua percepção. Para ele a verdade parece uma conformidade absoluta entre suas ideias e a realidade externa. É fácil, portanto, para ele supor que todo conhecimento válido decorre de dados obtidos pela observação direta. Esse é, na verdade, o método das ciências físicas que são, metafisicamente falando, exclusivamente empíricas.

A observação direta, porém, é só uma fase do processo da ciência. A síntese completa dos conhecimentos inclui não simplesmente observação, mas as fases posteriores de explicação e avaliação. É verdade que essas últimas fases podem, em certo sentido, não passar de observações generalizadas. A diferença de grau entre elas, contudo, é tão grande que as separam como níveis mentais distintos.

A história dos instrumentos científicos testemunha o grande papel que a observação desempenhou no desenvolvimento do pensamento moderno. Com a invenção de cada novo dispositivo que ampliava o alcance dos sentidos naturais do homem sua mente adquiria novas reservas de dados a serem racionalmente examinados. Com frequência, a evidência que assim se introduzia pela primeira vez tinha efeito revolucionário. A teoria copernicana, a primeira fenda a separar o pensamento medieval do pensamento moderno, brotou diretamente das novas observações astronômicas que o telescópio de Galileu viabilizara. A biologia apartou-se da antiga história natural pelo acúmulo de

observações ao microscópio de detalhes estruturais invisíveis a olho nu. O eletroscópio, o espectroscópio, o polariscópio e o interferômetro, inventados sucessivamente, permitiram que a observação penetrasse ainda mais na estrutura do universo físico e cada um deles propiciou que se chegasse mais perto de uma compreensão adequada do todo. As aplicações das forças assim reveladas, seja em dispositivo mecânico ou em síntese artificial, tendem, por suas qualidades espetaculares, a obscurecer o caráter fundamentalmente observacional do pensamento moderno. Invenção, entretanto, é só um redemoinho da ciência; a corrente principal é um fluxo de curiosidade intelectual, a ânsia de perscrutar cada vez mais profundamente a natureza das coisas.

A história dos instrumentos científicos também revela que os primeiros equipamentos eram '-scópios' enquanto os últimos são comumente '-metros'. Isso corresponde ao princípio segundo o qual uma observação, para ser científica, deve ser quantitativa. A questão crucial não é tanto o 'quê' mas 'quanto'. Enquanto o último quesito não for respondido, uma investigação científica pouco avançará. Conclusões permanentes foram extraídas de dados quantitativos, embora estudos posteriores hajam revelado que a natureza do fenômeno investigado tenha sido, na época, completamente equivocada. Gay-Lussac, trabalhando com dispositivos de medida rudimentares, descobriu leis de combinação química que ainda são aceitas como válidas apesar de a teoria do flogisto na qual ele incluía todos os fenômenos químicos haja sido nos tempos atuais não só rejeitada mas quase esquecida. Essas conquistas são possíveis porque os processos de contar, pesar e medir provavelmente sejam os juízos mais objetivos em todo o domínio da observação humana. Teorias sobre relações derivadas de proporções quantitativas em geral implicam menos risco de equívocos subjetivos.

Um cientista, sobretudo, sempre seleciona o campo de sua observação. Sob seus olhos nem todos os fatos têm a mesma importância. Ele não dedica seu tempo à multiplicação infinita de suas percepções sensoriais, na expectativa de que talvez algo novo lhe

chame a atenção. Em certo sentido, o naturalista de antigamente fazia exatamente isso. O botânico da época georgiana,[1] por exemplo, coletava, identificava e etiquetava para seu herbário qualquer tipo de planta que conseguisse obter. Sua maior ambição era descobrir uma espécie ainda não descrita que daí em diante levaria seu nome, mal disfarçado em latim. Até isso acontecer, ele encontrava satisfação em sua capacidade de identificar de relance cada espécime de sua enorme coleção. O representante moderno da ciência botânica pouca se importa com essa espécie de estudo. Ele se orgulha mais da validade de seu método do que da extensão de seu conhecimento. Pelos critérios de antigamente, de fato, ele seria considerado uma pessoa ignorante. Ao invés de ampliar seu conhecimento das plantas, o mais provável é ele concentrar a atenção numa única fase da fisiologia botânica. Dedicar-se-á mais à morfologia geral do que à aparência característica de determinada espécie. Sua paciência quanto a detalhes descritivos de um fato estabelecido é pouca, e é muito raro que seja um colecionador zeloso. Sua ambição profissional haveria de preferir que seu nome fosse adotado mais para nominar uma nova teoria do que para qualquer quantidade de espécies ainda não catalogadas. Sua preocupação é, antes de tudo, a relevância funcional. Ele também possui uma curiosidade perversa acerca do inexplicável. Para um leigo pareceria, às vezes, que ele preza mais sua ciência por causa das deficiências dela do que pelas qualidades. Esse homem sente uma atração magnética até ao ponto em que uma hipótese é demolida. O problema que foi resolvido imediatamente é rebaixado para um grau menor de importância. O misterioso, o desconhecido, o inexplicável é que atrai sua atenção. A mera descrição do que é algo parece essencialmente inútil, porém o descobrimento de como esse algo funciona assumiu, para a mentalidade moderna, importância transcendental. A observação científica é sempre orientada, de propósito, para uma área específica selecionada conscientemente com referência a essa curiosidade intelectual.

[1] Período da história do Reino Unido, quando reinaram os reis Jorges I, II, III e IV, de 1714 a 1830. (N. T.)

Uma quarta característica da observação científica é sua progressiva exploração de áreas imperceptíveis aos sentidos físicos sem ajuda de aparelhos. Instrumentos ópticos colocam no campo da visão coisas que de outra forma seriam invisíveis. O eletroscópio revelou a existência de forças até então desconhecidas. A esse respeito o método de observação por intermédio de fenômenos secundários tornou-se de máxima utilidade. O espectroscópio e o polariscópio, ao decomporem os raios luminosos, são utilizados para revelar a natureza constituinte da matéria luminosa ou do meio de transmissão. As luzes invisíveis das extremidades do espectro são registradas por meio de produtos químicos sensíveis à luz. O interferômetro apesar de apenas registrar a pulsação de uma dissonância em vibrações de luz tem fornecido observações da maior importância para a física matemática. Os elétrons são totalmente invisíveis, seja por causa de seu tamanho ultramicroscópico, seja por causa de seu movimento, porém as trilhas líquidas que deixam no vapor d'água seco fornecem dados confiáveis para o estudo da estrutura atômica. A cada extensão da capacidade humana de percepção através dos sentidos seu conhecimento aumenta porque a base da ciência é um processo de observação. Na medida em que os hábitos intelectuais do homem moderno são científicos ele é um observador. No imaginário popular, o cientista comumente é um homem com um microscópio.

Em geral, quando se discute sobre a natureza da ciência dá-se grande ênfase à utilização que ela faz de experiências. Isso é lamentável, pois tende a ocultar a verdadeira questão. Não há dúvida alguma, naturalmente, de que os processos experimentais tiveram, e sempre terão, papel de destaque no desenvolvimento histórico do pensamento científico. Isso, porém, é acidental. O experimento é importante, não porque seja um experimento, mas porque proporciona oportunidades que favorecem uma observação exata: eliminam-se fatores perturbadores, simplifica-se o manejo dos instrumentos e permite repetições infinitas. Essas vantagens, porém, somente são vantagens quando se trata de observação. A experimentação é uma técnica e não um método. A

primeira fase do pensamento moderno é a acumulação de dados quantitativos exatos extraídos exclusivamente da observação objetiva.

A ciência, porém, é mais do que observação. Em sua segunda fase emprega o método da explicação racional. A mente humana sempre está em busca de causas. Quanto a isso, o homem moderno é igual a seus antepassados; só difere deles no que diz respeito ao ponto para o qual dirige sua atenção. Ele procura causas imediatas enquanto eles buscavam a origem última. Sua falta de curiosidade acerca do começo remoto da cadeia de causalidade tem similar apenas em sua indiferença quanto aos vínculos que se acham mais próximos. Sente que conquistou um conhecimento válido todas as vezes que identificou a causa imediata de um fenômeno; seus antecessores desprezavam tais coisas como detalhes insignificantes, não merecedores da atenção de um sábio. Ele duvida, embora não possa negar, que a explicação racional possa ir além de traçar uma série desses vínculos, levando-a a remontar cada vez mais, sempre chegando perto, mas sem jamais alcançar a origem última da natureza das coisas; os outros jamais questionaram a força da mente humana para compreender a causa primeira do universo.

Em parte essa divergência intelectual remonta a uma diferença fundamental na própria ideia de causalidade. A mentalidade pré-moderna concebia isso como uma compulsão externa: a causa irradiava uma força, por assim dizer, da qual o efeito era uma reação externa. A mentalidade moderna pensa a mesma relação em termos de identidade transformada internamente. Por conseguinte, a forma antiga de pensar encontrava suficiência de causa em tudo que fosse proporcional ao efeito. Comumente, de fato, pressupunha que havia uma superioridade infinita de grandeza no elemento primordial. O hábito moderno exige uma equivalência absoluta; hoje, é impensável uma perda real ou um aumento real devidos à relação causal. São inconcebíveis agora a criação absoluta e a entropia absoluta.

A terceira fase do pensamento científico é um processo que,

à falta de um melhor termo, é aqui chamado de avaliação. Inclui vários passos: alinhamento de cada nova ideia com as que foram previamente estabelecidas, revisão de teorias antigas sempre que as novas tornassem isso necessário, e, finalmente, uma reformulação em sua totalidade. O pensamento moderno é altamente elástico. Um impacto em qualquer ponto é sentido em todo o corpo. Ideias desenvolvidas para explicar fenômenos específicos em determinados campos às vezes passam a circular em áreas distantes, de um modo que seus criadores nem teriam imaginado. A teoria da evolução que permeia todo o pensamento moderno era inicialmente apenas uma hipótese levantada por um biólogo, a fim de explicar a divergência das espécies.

As mentes pré-modernas não eram tão plásticas. Faltava-lhes por completo aquela unidade orgânica que é tão característica das práticas intelectuais de nossos dias. Em geral, nossos antecessores não percebiam um elemento comum presente em toda a faixa de seus conhecimentos, com exceção do próprio processo lógico. Não alcançavam qualquer generalização mais ampla do que sua crença de que o silogismo era universalmente válido. Repetidas vezes, indivíduos de extraordinária originalidade — Aristóteles, Plínio, o velho, Bacon, Alberto Magno e Lull, para citar só os mais conhecidos — mostraram uma tendência de imaginar o corpo total de conhecimentos não simplesmente como uma enciclopédia, mas como um verdadeiro *corpus*. Essas mentes, no entanto, eram, de modo rudimentar, modernas antes do tempo. Esta fase de seu pensamento passou sem ser notada, não chegou a circular entre seus pares ou descendentes espirituais. Foi só com a chegada dos tempos modernos que o conhecimento deixou de ser um mero conglomerado de unidades individuais e se tornou um organismo unificado, conquanto celular.

Em suma, o pensamento moderno do modo como se apresenta nas ciências físicas segue estas fases:

1. Coleta de dados mediante observação.
2. Explicação em termos de causalidade imediata.
3. Avaliação mediante o processo de integração.

A ciência física moderna é pragmaticamente satisfatória. E com certeza funciona. Seu êxito evidente nos campos onde primeiro se desenvolveu inspirou os estudiosos de outros tipos de fenômenos a que talvez pudessem, com proveito, adotar o novo método. Para conseguir isso nem sempre foi fácil. Nas ocasiões em que os fenômenos eram essencialmente diferentes a tentativa de transferência imediata amiúde mostrava-se infrutífera. Alguns estudiosos, desapontados, passaram então a adaptar seus problemas à condição do método científico ao invés de fazer a modificação inversa. Por conseguinte, hoje em dia, departamentos como os de psicologia, sociologia e educação ignoram em silêncio ou descartam como insolúveis o que era antes considerado como problemas básicos desses estudos.

Em outras áreas os métodos da ciência física estavam generalizados antes que fossem adotados, de modo que medicina, filologia e história foram modernizadas com êxito mediante o enriquecimento de seu campo de atuação e não o contrário. Não é difícil identificar, ao longo desses estudos, do modo como são hoje praticados, as várias fases da ciência que constituem os termos de sua definição generalizada. Em história, por exemplo, o desenvolvimento das técnicas de paleografia, arqueologia e topografia compara-se exatamente com as observações por instrumentos do cientista da física; a crítica histórica dos documentos é um processo de discriminação quantitativa; e a passagem da atenção dada a questões de causalidade última — vontade divina, destino, gênio racial, etc. — para as questões sobre detalhes concretos da realidade imediata representam a continuidade desse paralelismo.

Somente quando a ciência é assim examinada, por meio de toda a série de seus variados desenvolvimentos, é que é possível apreendê-la em sua verdadeira importância como a prática característica da vida intelectual moderna.

III

Até agora, em nosso esforço para definir as qualidades científicas características do pensamento moderno, deixamos de lado uma enorme discrepância que indubitavelmente existe entre as fontes atuais do conhecimento científico e as concepções populares sobre suas origens. O homem comum da atualidade, mesmo o que é tido como excepcionalmente bem informado, parece supor que os enunciados da ciência são confiáveis porque derivam todos de processos mentais com os quais ele está familiarizado, e de dados que está disposto a aceitar. Isso, como já dissemos, não é uma verdade universal. Grandes áreas do conhecimento científico atual foram conquistadas com métodos lógicos que não foram incorporados pela prática moderna. Elas dizem respeito a campos que consistem em fenômenos suscetíveis apenas a uma análise matemática.

O homem comum, em geral, carece de maior talento para o raciocínio matemático. Seria temerário, de fato, arriscar-se a generalizar de modo ilimitado sobre diferenças individuais em matéria de aptidões matemáticas, mas o fato, em si, é patente. Muito poucas pessoas, em nosso atual sistema educacional, sequer atingem uma real compreensão que esteja além das formas mais simples desse pensamento abstrato. Talvez quase qualquer indivíduo normal possa ser levado, por professores competentes, a adquirir uma concepção realista das relações quantitativas que existem nos elementos do triângulo retângulo. Em contraste com isso, parece haver muito poucos que, com a assistência mais competente, alcançam uma consciência similar da realidade em qualquer coisa além dos processos algébricos mais elementares. Sem a ajuda de visualização geométrica a maioria das mentes acha extremamente difícil, ou totalmente impossível, imaginar uma interação de diversas variáveis. Generalizar em um grupo covalente de séries complexas está muito além deles.

Para essas pessoas a validade de um dos processos matemáticos mais elaborados somente pode ser demonstrada empiricamente. A solução de equações simultâneas pelo método de determinantes, por exemplo, pode aparentemente ser racionalizada

em comparativamente poucas mentes de qualquer geração. Todos os demais talvez consigam apenas se satisfazer experimentalmente de que esse método de cálculo oferece soluções que são demonstrativamente corretas. Sua aceitação do processo deverá permanecer essencialmente pragmática. Isso, naturalmente, deixará o educador aflito, mas parece, não obstante, ser uma limitação inevitável no mundo que hoje existe.

Por necessidade, então, muitas mentes veem-se em grande dificuldade quando tentam compreender aquelas partes da ciência moderna cuja validade somente pode ser estabelecida por meio da teoria matemática da probabilidade. Existem, contudo, umas poucas áreas do conhecimento científico moderno em que essa espécie de lógica não desempenha papel algum e há muitas outras em que ela é aplicada de modo exclusivo. Isso é inevitável. O mundo apresenta inúmeros fenômenos que são determinados por combinações momentâneas de causas da maior complexidade.

As teorias da probabilidade evoluíram a partir dos interesses diletantes de alguns matemáticos sobre as complexidades artificiais de jogos de azar. O acaso, se tiver algum significado racional, é o predicado de uma causalidade refratária a controle prático; a queda de uma moeda atirada ao acaso é o exemplo comum. Chamar isso de acaso não implica a ausência de causas determinantes. Se todos os fatores pudessem ser medidos com exatidão — peso, forma, posição, velocidade, direção, resistência do ar e fricção — o voo da moeda e sua posição final poderiam ser previstos com precisão absoluta. A ação aleatória não elimina o determinismo, trata-se simplesmente da eliminação de qualquer controle sobre as causas determinantes. Obviamente, o grau de aleatoriedade dependerá da possível faixa de variações tanto na causa quanto no resultado. No jogo com uma única moeda somente dois resultados são possíveis. Ela cairá com uma ou outra das duas faces voltadas para cima. O elemento do acaso surge nas inúmeras variações possíveis nas condições mecânicas do lançamento da moeda. A mínima alteração em qualquer um dos

muitos elementos pode modificar o resultado. Em um jogo de cartas, por outro lado, a mecânica do embaralhamento é comparativamente simples. A sorte resulta da enorme variedade de combinações possíveis de ocorrer nos resultados depois que as cartas são distribuídas.

A probabilidade matemática do primeiro jogo é bem simples. O resultado de determinado lançamento aleatório da moeda jamais poderá ser previsto, porém nosso conhecimento dos resultados totais de inúmeras tentativas é tão absoluto quanto nossa certeza de que a moeda cairá ao chão pela força da gravidade. Se o jogo estender-se por um longo período, a ocorrência de caras será aproximadamente equivalente à de coroas.

Em um jogo de cartas os cálculos tornam-se mais complexos. A probabilidade de que o naipe da primeira carta dada seja preto é exatamente igual à de ele ser vermelho. Existe uma chance em quatro de ser espadas, uma em treze de ser um ás, e uma em cinquenta e duas de ser um ás de espadas. Uma pessoa de mente matemática pode perceber por que essa última probabilidade é o produto das duas anteriores. Todas as demais que careçam dessa habilidade especial podem entender que isso acontece neste caso, mas a generalização racional escapa a sua compreensão. Sem essas generalizações realisticamente concebidas, dois erros são quase inevitáveis; um será a incapacidade de chegar a um sentido de validade real; o outro, uma suposição instintiva de que uma probabilidade matemática tem um significado para determinado evento. Um ou outro desses equívocos comumente acontecerá sempre que o leigo tentar refutar a validade dos métodos estatísticos.

A qualquer pessoa de mente prática de seu tempo terá facilmente parecido que os matemáticos que primeiro se ocuparam com os problemas dos jogos de azar artificiais e descobriram leis para resolvê-los estavam empenhados em passatempos insignificantes e inúteis. Não há dúvida de que os próprios matemáticos se mostravam muito vagos quanto à importância de suas descobertas. É indiscutível, entretanto, que as teorias que eles formularam

trouxeram enormes benefícios para o bem-estar da humanidade ao ampliar a força do pensamento humano. Tão logo a teoria matemática se firmou devido a um raciocínio *a priori* ela se estendeu, com as modificações necessárias, ao cálculo de probabilidades empíricas. Talvez a melhor forma de explicar essa transformação seja pela exposição de um exemplo simples. Suponhamos, então, que façamos esta pergunta: Qual a probabilidade de que haverá mais homens do que mulheres no primeiro bonde que passar por determinado ponto de parada? Só existem dois sexos. A hipótese *a priori* seria de que em qualquer grupo aleatório de tamanho significativo as proporções dos sexos serão aproximadamente iguais. Mas se se souber que a cidade possui um excesso de moradores do sexo feminino, a expectativa da preponderância de homens será negativa. No entanto, ainda mais, o pesquisador descobre que esse excesso de mulheres é anormalmente grande em pessoas de idade avançada. Isso implica mais homens do que mulheres entre os usuários de bonde e a probabilidade volta a se inclinar para o lado positivo. Em seguida, sua atenção é despertada pelo fato de que o excedente de meninos mais do que neutraliza o excesso de mulheres idosas. Ele deverá, pela quarta vez, reverter os resultados. Em outras palavras, para corrigir seu raciocínio *a priori* de modo realista em determinado campo ele precisa dispor de uma descrição estatística dessa área.

Esse exemplo, naturalmente, é tão vazio de significado para fins práticos quanto qualquer problema de um jogo de cartas. A sociedade, contudo, lança mão, de modo constante e sério, de probabilidades que não são muito diferentes dessa para a condução da vida civilizada. Há problemas práticos que somente podem ser resolvidos pelos processos matemáticos mais complicados. Desses provavelmente o mais impressionante seja o sistema moderno de seguro de vida.

Não se trata de uma aposta imprudente entre seguradora e segurado, mas um cálculo meticuloso de probabilidade empírica. A única certeza *a priori* é que um dia todos morreremos. O problema prático está em estabelecer pela observação estatística

a expectativa normal de vida para cada idade em cada categoria importante, de modo que seja possível determinar as taxas correspondentes. As primeiras tabelas de expectativas de mortalidade mostraram-se pouco confiáveis para essa finalidade, mas melhoramentos sucessivos tornaram-nas tão precisas que a maioria dos governos as inclui em suas leis; um atuário deve atestar a correção matemática dos cálculos de cada seguradora que atue na jurisdição. Nenhuma seguradora pode prever a morte de qualquer segurado, mas pode prever, com exatidão excepcional, quantos em um grupo grande morrerão em um período determinado. Não pode dar o nome dos suicidas, mas pode conjecturar com bastante precisão quantos serão. Durante um período longo de anos, quaisquer prejuízos causados por uma mortalidade inusitadamente elevada serão neutralizados pelos lucros acumulados dos casos de longevidade fora do comum. Tudo isso é bastante espantoso para a maioria das pessoas que não conseguiriam acompanhar, mesmo que tentassem, o raciocínio dos atuários que solucionam esses problemas. Além de seu espanto as pessoas comuns só podem chegar a uma certeza empírica de que esses métodos são adequados. Os resultados devem com certeza estar corretos para que as companhias de seguro realizem seus negócios apesar da concorrência mútua.

A matemática pura, no entanto, faz muito mais do que isso. Ela consegue em qualquer ponto testar as observações empíricas que fornecem dados para os cálculos. Ela pode definir qual o tamanho que uma amostra a ser examinada deverá ter para justificar um determinado cálculo. Pode comparar as próprias probabilidades pelo peso de sua exatidão significativa. Pode eliminar o que é irrelevante. E em muitos casos pode detectar complexidade no que era visto como simples e direta causalidade.

O sistema de seguros talvez seja a aplicação mais completa e mais ampla aos problemas humanos da teoria matemática da probabilidade e seu desenvolvimento empírico por intermédio da estatística. Existem, porém, muitos outros problemas que somente são resolvidos com o emprego desses métodos. Em verdade, mes-

mo nossos muito alardeados juízos baseados no senso comum, que são comumente atribuídos a abstrações como perspicácia ou experiência, são essencialmente nada mais do que opiniões baseadas em um sistema rudimentar e inconsciente de observação vagamente estatístico.

A maioria das atividades humanas, quando encaradas objetivamente, parece brotar de uma complexidade de causas combinadas de modo momentâneo. Embora possamos descrever os determinantes fundamentais da conduta humana — hereditariedade, meio ambiente, instinto ou livre arbítrio — não há dúvida de que dois indivíduos, ou dois momentos no mesmo indivíduo, apresentam combinações idênticas de causas imediatas. E, no entanto, porque as pessoas em qualquer agrupamento possível nascem do mesmo tronco e passam pela mesma experiência geral suas atividades individuais de fato revelam uma preponderância de certos tipos. Para que duas pessoas apresentem exatamente o mesmo processo de decadência física exatamente com a mesma idade será uma situação tão rara que se pode considerar como praticamente inexistente. Da mesma forma, para que duas pessoas sintam exatamente os mesmos estímulos para se engajarem precisamente na mesma atividade, e consigam realizá-la, é igualmente improvável. Mas se é possível prever, por raciocínio matemático, a partir de observação estatística, aproximadamente quantos de uma grande quantidade morrerão devido a determinada doença em qualquer período determinado, também é possível, com os mesmos métodos, prever com igual precisão a ocorrência futura de outros eventos importantes em qualquer atividade humana. O cálculo dessas probabilidades empíricas não fornecerá base alguma para a previsão da atividade de qualquer pessoa em particular. Permitirá, porém, à sociedade em geral prever os desejos de grandes grupos de seus membros individuais e proporcionar espaço para as atividades correspondentes. Isso é verdadeiro tanto para os serviços de bibliotecas quanto para os de transporte.

IV

Pareceria então que certas qualidades podem com segurança ser previstas em relação a qualquer ciência nova. A biblioteconomia, em particular, somente se tornará científica se estiver em conformidade no que lhe é essencial com os métodos de pensamento correntes no espírito moderno. Toda linha de sua síntese intelectual deve partir de fenômenos objetivos. Estes serão examinados com todo o rigor da observação científica. Serão identificados elementos e determinadas suas funções. Todos os recursos possíveis serão empregados para identificar cada atividade de per si e suas medidas quantitativas. O intangível será rastreado por quaisquer efeitos secundários que sejam perceptíveis. Enquanto forem possíveis, as explicações serão formuladas em cadeias de causas imediatas. No caso de complexidades em que o controle causal for impraticável serão estabelecidas relações quantitativas mediante análise estatística de amostras numéricas. Serão formuladas hipóteses que expliquem as variações observadas e novos métodos elaborados para testar sua validade. Ademais, haverá um intercâmbio de ideias, contínuo e recíproco, com outros campos de pesquisa científica. Resultados serão apropriados de outras ciências e os resultados verificados na biblioteconomia serão a elas oferecidos em troca. O campo da nova iniciativa será sempre visto essencialmente como apenas um aspecto de todo o complexo das atividades humanas.

No curso dessa nova largada os bibliotecários assumirão uma nova perspectiva. Desviarão sua atenção do processo para a função. Envidarão esforços para chegar a uma compreensão exata com o mesmo entusiasmo com que atualmente o fazem para alcançar a eficiência prática. Dosarão seus ideais com ponderações realistas e descobrirão padrões na natureza de seus elementos, ao invés de pressupô-los como valores *a priori*. Procurarão conhecimento em fenômenos característicos e não em ocorrências específicas. Estudarão biblioteconomia ao invés de bibliotecas isoladas. Seu entusiasmo por unanimidade profissional dará lugar

ao reconhecimento das reais diferenças em níveis operacionais, porém ainda entenderão sua busca como um empreendimento cooperativo de toda a profissão.

V

A ciência, como todos sabem, possui limitações definidas. Ela só lida com fenômenos e não se aventura no território da metafísica. A natureza final das coisas e as realidades últimas de suas relações não são suscetíveis de uma investigação científica. Mesmo o cientista mais otimista nunca se aventura a prever que seus métodos um dia resolverão os problemas residuais que constituem matéria própria da filosofia. Existe, portanto, uma nítida fronteira para a ciência na direção de abstrações generalizadas. Por outro lado, ela chega a um limite imutável sempre que for atingido um certo grau de particularidade. A ciência nada tem a ver com o que é único, nem pode explorar valores emocionais subjetivos.

A vida psíquica do homem inclui tanto o espírito quanto a inteligência. Na verdade, para o indivíduo sua consciência de valores emocionais provavelmente é de importância imensamente maior do que seu pensamento racional. Ele precisa e deve interpretar cada evento que lhe toca em termos de sua própria personalidade. Assim todo ser humano cria um mundo inteiro de valores emocionais como sua contrapartida particular ao cosmos objetivo. Negar realidade a isso é um dogmatismo tão temerário quanto declarar que todos os fenômenos são ilusórios, a fim de postular um idealismo absoluto. Os metafísicos argumentam infindavelmente sobre se uma cachoeira produzirá algum ruído se não estiver presente alguém vivo para ouvi-lo. Não há dúvida, contudo, que a beleza dela não tem existência real fora das mentes de quem a sente. A combinação física é fenomênica, a avaliação estética é puramente subjetiva. Qualidades como essas permeiam toda a vida cultural do homem. Todo seu ser, passado, presente e futuro, está conectado por interesses pessoais, estéticos e éticos. Eliminá-los será reduzi-lo a uma existência rudimentar.

Tendo em vista que nenhuma fase da civilização tem mais envolvimento com esses valores espirituais do que a literatura, é imperativo que a biblioteconomia sempre abrangerá extensas áreas de grande importância que jamais serão campo de uma ciência. Há questões que, por sua própria natureza, são essencialmente humanas. Os métodos científicos podem ser empregados com proveito para elucidar seus elementos mecanísticos. Para seus efeitos subjetivos qualquer explicação em termos de causas equivalentes deve permanecer totalmente impensável. Um poema, por exemplo, pode ser estudado com os métodos científicos consagrados quanto a seu ritmo, sua fonética, sua linguagem, sua retórica e seu desenvolvimento histórico. Não obstante, depois que o cientista tiver dado sua última palavra, não terá tocado, nem remotamente, naquele algo indefinível que coloca essa composição literária à parte como manifestação única de beleza espiritual. Há pessoas, naturalmente, que são totalmente intransigentes quanto a qualquer indagação científica mesmo sobre os elementos estruturais da forma poética. Outros, de feitio mais tolerante, veem essas coisas como esclarecedoras e que não são absolutamente incompatíveis com a apreciação estética mais aguçada. Se conhecer só fosse possível às custas de sentir, o preço a pagar pelo conhecimento seria muito alto. Na realidade a coexistência desses dois no mesmo campo é mais uma questão de adição do que de substituição. Eles não são mutuamente exclusivos.

Uma vez que qualquer ciência diz respeito somente a conhecimento, a ciência das bibliotecas em particular abarca apenas o lado racional do fenômeno fundamental da biblioteconomia que é a transmissão da experiência acumulada da sociedade para seus membros individuais mediante a instrumentalidade do livro. Essa transmissão possui outros aspectos que jamais poderão ser apreendidos pela ciência. Por intermédio dos registros gráficos qualquer pessoa pode tomar conhecimento do que outras pessoas conheceram, acreditaram e sentiram. Tais registros podem também reproduzir nela as mesmas convicções e sentimentos. O processo pelo qual ela alcança o conhecimento é um problema

que pode ser investigado cientificamente, mas, no essencial, a reprodução de reações subjetivas é impossível. Aqui os métodos da ciência caem para uma importância secundária e servem apenas como ferramentas úteis.

Nas páginas que se seguem a discussão limita-se à ciência das bibliotecas. Não se tentou traçar em minúcias o lado humanístico da biblioteconomia. Pareceu necessário, portanto, falar da utilização dos livros somente como um processo de 'aprender pela leitura', e de seu efeito simplesmente como 'conhecimento'. Esta terminologia pretende acentuar e não ignorar nossa impossibilidade de aqui levar em consideração os elementos espirituais. Que fique registrado, definitivamente, que não se pode negar que esses elementos são de suprema importância para vida civilizada. Mas, como parece desejável que a biblioteconomia, não menos do que a educação e a medicina, tire proveito de se tornar científica sem nada perder de suas qualidades humanísticas, atrevemo-nos a falar apenas da fase anterior. A outra já é em geral apreciada por seu verdadeiro valor.

Capítulo 2

O PROBLEMA SOCIOLÓGICO

I

A sociedade provavelmente contribui muito mais para a publicação de um livro impresso do que o autor que o escreveu. O processo mecânico pelo qual o manuscrito inicial é reproduzido em muitos exemplares impressos evoluiu graças aos esforços acumulados de muitas pessoas através de muitas gerações. A aparelhagem com a qual o livro é atualmente impresso exigiu também para sua fabricação o esforço cooperativo de um grupo incontável de indivíduos em dezenas de indústrias. Nenhuma mente isolada algum dia planejou sua coordenação, porém, do mineiro que tira do solo o minério ao tipógrafo que põe em movimento a máquina pronta, houve uma organização de iniciativas e realizações que envolve todo o tecido social. A sociedade empregou para um propósito comum final aquilo que indivíduos pensaram para finalidades imediatas e pessoais. Passou a existir algo diferente e maior do que uma mera soma. O impulso civilizatório cego e inconsciente fez mais do que simplesmente combinar e adicionar a totalidade dessas unidades de vontade consciente. A própria sociedade construiu a imprensa.

Enquanto o autor trabalhando sozinho poderia no decorrer de anos fazer alguns exemplares de seu livro e distribuí-los em seu círculo imediato, pessoas de sua comunidade, organizadas como empresa, teriam reproduzido e divulgado seu escrito. Sua dependência, porém, da organização social é mais completa do que isso. A língua que ele emprega e a forma escrita com a qual a registra não são de sua invenção. Esses sons simbólicos e sím-

bolos gráficos não têm outro significado a não ser em virtude de uma convenção social. Suas ideias e os padrões segundo os quais ele as combina são nada mais do que empréstimos tomados do grupo social do qual faz parte. Embora a pena seja guiada pelo escritor, pode-se dizer, em sentido muito real, que comumente ela só pode escrever aquilo que a própria sociedade ditou.

II

Essa qualidade essencialmente social do livro manifesta-se também em aspectos que se encontram além de sua origem. Somente a sociedade que o cria pode ativar suas múltiplas potencialidades. O que a memória é para o homem o registro gráfico é, em parte, para a sociedade moderna. A memória é uma fase necessária a qualquer processo mental e envolve toda a gama de atividades intelectuais. Registrar na mente exige percepção, reter exige a criação de um conceito e lembrar normalmente enseja um ato de vontade animado pelo desejo. Se lembrar fosse apenas a descarga de forças neurais armazenadas, o ato de lembrar seria com efeito uma representação das coisas lembradas em ordem inversa à de sua ocorrência. É seletiva na medida em que é um ato de inteligência.

Na vida pessoal, a própria consciência parece depender de um sentido de persistência temporal construído pela memória. O pensamento parece impossível até que a mente perspicaz tenha ciência de que já foi exposta a outras percepções. A personalidade é produto da experiência acumulada, o propósito é uma projeção de um passado sobre o futuro. A memória, certamente, é pré-requisito de qualquer progresso autodirigido. Uma semente germina, uma planta brota e cresce, e, com o passar do tempo, completa seu ciclo de vida como vegetal. Aparentemente, nela inexiste qualquer mentalidade ou consciência porque não existe qualquer percepção e qualquer memória. As plantas, de per si, podem variar até chegar a seu ponto de desenvolvimento botânico ideal, mas seu sucesso ou seu fracasso dependem por inteiro

de condições que lhes são impostas de fora. Jamais existe uma escolha de verdade, pois não existe acumulação de experiências. Ações inúteis são repetidas com a mesma persistência daquelas que servem para a sobrevivência. Em certo grau, parece que todos os animais superiores estão relativamente livres dessa espiral cega de circunstâncias, mas só o homem conseguiu exercer algum controle sobre ela. E a isso chegou, em parte, porque possui uma memória e é capaz de aprender.

Na vida em sociedade, porém, jamais tem de ensinar a si próprio a partir dos áridos elementos iniciais de qualquer conhecimento. Graças à associação com seus semelhantes ele aprende na infância muito mais do que uma vida inteira de solidão jamais lhe ensinaria. Como filho de uma sociedade ele herda e se apossa integralmente de uma rica herança. Isso, do ponto de vista da própria sociedade, é mais um dever do que um privilégio. Se lhe cabe desempenhar sua função como membro do grupo e contribuir positivamente para o bem-estar dele, deverá possuir os conhecimentos normais de uma pessoa.

Nas formas mais primitivas ou ágrafas de organização social a sociedade pode possuir os conhecimentos normais a sua situação somente nas mentes dos membros ainda vivos. Mesmo sendo intangível não se pode colocar em dúvida a realidade desse repositório de conhecimentos. Em níveis inferiores de civilização é provável que se apenas o conteúdo fatual for preservado isso se dará de modo incipiente. Onde o desenvolvimento estiver mais avançado, certas parcelas dos conhecimentos adquirem corpo em forma ordenada e surge uma literatura. À medida que isso aumenta atinge um volume tão grande incapaz de ser retido pela memória comum, quando então pessoas dotadas de talentos especiais passam a desempenhar gradualmente o papel de seus guardiões oficiais. Mais adiante haverá o recurso a dispositivos mnemônicos; surgem o ritmo e a assonância, depois um relato feito de nós ou contas e, por fim, símbolos gráficos. Embora nosso conhecimento da evolução histórica da escrita seja muito falho para permitir que levantemos a hipótese de que todas as culturas

passaram para essa última sequência de fases existem evidências esparsas que sugerem que esse modelo pode servir como um quadro esquemático.

A invenção da arte da escrita representou uma ampliação gigantesca da capacidade da sociedade para aumentar seus conhecimentos. Um registro gráfico preserva em comparativa segurança até mesmo o que é raramente utilizado; a memória só pode reter aquilo que se repete com frequência. Coisas escritas e olvidadas podem ser revividas por um novo leitor; uma ruptura que ocorra na tradição oral é irremediável. Os escritos podem se comunicar através do espaço e do tempo enquanto a voz se torna inaudível. Em todos os pontos, a memória artificial inventada pelo sistema gráfico possibilitou uma ampliação do processo cumulativo que ultrapassa em muito o que os homens conseguiriam alcançar antes.

Pode-se assim afirmar que a sociedade possui uma memória e até mesmo uma espécie de mentalidade. Não existe consciência nessa pseudomente social e, no entanto, ela possui atividades funcionais que apresentam uma analogia grosseira com os processos intelectuais do indivíduo humano. A comunidade de experiência é algo similar a uma sensação social; a forma literária, em seu sentido mais amplo, é aproximadamente equivalente a uma formação social de conceitos; a variedade de escolhas a serem usadas cria em certo grau uma volição social; e a sociedade no anseio cego de se manter pode encontrar de imediato um sentido social de valor e emoções sociais. Tudo isso, é claro, talvez não passe de especulação ociosa, da mesma forma que nossa descrição da evolução social pode ter sido uma história falsa. Ambos os casos podem servir pelo menos como metáforas para que possamos focalizar com mais nitidez certos elementos do complexo social cuja realidade é indubitável.

III

A existência de uma acumulação social de conhecimentos é da

máxima importância nas relações que estabelecem entre a sociedade e seus membros individuais. Do lado do grupo uma seleção normal do todo deve ser transmitida a cada indivíduo em prol do bem-estar comum. Reciprocamente, isso envolve um aspecto do dever social de cada pessoa. Do lado do indivíduo a relação inclui a capacidade de qualquer membro fazer uso à vontade do repositório comum em busca de conhecimentos adicionais. Para ele isso é exclusivamente uma questão de direito social. Ambos esses aspectos convidam a um exame mais detalhado.

A necessidade que a sociedade tem de promover a iniciação, por assim dizer, de seus membros mais jovens em um estado definido de conhecimentos parece recuar ao passado biológico da humanidade. No período da infância não só os seres humanos, mas também os animais superiores aparentemente desenvolveram uma aptidão especial para a aprendizagem. Isso talvez possa declinar um pouco com a maturidade, porém nunca será perdido por completo. O ser humano, independentemente da idade, sempre permanece com sua característica de aprendibilidade.

Há muito tempo que todo o processo da educação vem sendo estudado intensa e minuciosamente. Trata-se de um campo de interesse permanente para a maioria das pessoas. Nos últimos anos as pesquisas educacionais passaram por grande florescimento; atualmente têm continuidade com um vigor especial e em escala mais extensa do que jamais ocorrera. Isso provavelmente resultou de pelo menos três causas importantes: os métodos científicos de pensamento alcançaram esse complexo campo de fenômenos; os resultados de pesquisas de ciências afins, como psicologia e estatística, tornaram-se disponíveis; e finalmente novas ideias filosóficas de alcance muito maior serviram como agentes catalíticos ou fertilizadores. O leigo que observa toda essa atividade reconhecerá que foi alcançado um grande aumento dos conhecimentos humanos e que deve esperar por realizações ainda maiores. Ao mesmo tempo, também perceberá que em um movimento tão novo e admirável sempre existe um risco de concentração de interesse em pontos específicos e correspondente negligência em

relação a outros. As pesquisas em educação parecem atualmente padecer desse tipo de distorção. Aparentemente, será preciso dedicar mais atenção ao propósito essencial desse processo.

A educação, como a maior parte das demais complexas funções da atividade humana, apresenta quatro níveis distintos de causa e efeito. Uma matéria tão simples quanto o ensino de aritmética elementar atravessa todas essas fases. No nível mais básico tem-se o efeito direito de qualquer técnica específica. Pede-se a uma criança, por exemplo, que estude a tabuada de multiplicar. O grau de seu êxito e o esforço que isso lhe custou podem ser aferidos diretamente. A permanência disso também pode ser avaliada não só durante seus anos na escola, mas em sua vida adulta. Estudos comparados podem, de igual modo, ser efetuados sobre essas eficiências em vários procedimentos, os quais poderão comprovar, por exemplo, que ensinar a contar de sete em sete é mais aconselhável do que forçá-la a decorar a tabuada verbalmente, "Dois vezes sete, quatorze", etc. É óbvio que, aqui, as observações são exclusivamente técnicas.

Paira sobre isso a questão do método. No que tange à técnica da tabuada de multiplicação, o método consiste em criar na mente do aluno reflexos de uma memória permanente que funcionarão de forma automática. Se isso for feito com êxito, ele sempre conseguirá repetir para si próprio que seis vezes sete é igual a quarenta e dois, sem necessidade de realmente entender isso. Esse método concerne necessariamente não à verdade, mas ao que é correto segundo padrões externos.

O terceiro nível é o efeito da educação no indivíduo. Trata-se de matéria de enorme importância para o bem-estar pessoal de cada membro da sociedade. A condição social de uma pessoa bem como suas atividades profissionais são, em grande medida, limitadas, facilitadas e influenciadas pelos resultados de sua educação. A não ser que consiga aprender a aritmética elementar que outros alunos dominam, a criança, mesmo como tal, sofrerá discriminação social. E, o que é ainda mais sério, a ela será negado acesso a todos os estudos mais adiantados. Chegada à vida adulta,

essa pessoa, devido a ignorar o que é do conhecimento comum, estará fadada a desenvolver a ideia de que pertence ao proletariado intelectual. Se for incapaz de efetuar uma simples multiplicação, não poderá vir a ser amanuense, contador ou professor, ainda que possa tornar-se operário numa indústria. Mesmo aí, porém, jamais conseguirá ser promovido para funções administrativas.

No nível mais elevado está o efeito da educação na própria sociedade. É evidente por si mesmo que é impossível conquistar um estado de civilização adiantado ou mantê-lo a não ser que a proporção necessária de cada geração seja bem versada nos conhecimentos que lhe correspondam. A totalidade da organização econômica da vida moderna, por exemplo, depende de a maioria das pessoas ser capaz de lidar com números simples. Ademais, uma sociedade avançada, como a nossa, exige que alguns membros de cada geração realizem os cálculos mais abstrusos. Provavelmente, em nada importa, socialmente, para a permanência de uma cultura, a qualidade intelectual geral dessas operações. Não faz diferença alguma em sua função social se os marinheiros limitarem suas observações astronômicas valendo-se de uma regra prática ou se as realizarem graças a seu conhecimento de trigonometria esférica. Somente porque visa ao progresso futuro pode a sociedade preferir a apreensão da verdade ao mero contato com realidades fatuais. O conhecimento por si mesmo não possui importância estética ou ética na escala de valores sociais. O custo e os resultados da educação são os interesses primordiais que a sociedade deve considerar. Se decorar a tabuada de multiplicar permite que a maioria dos estudantes faça multiplicação, enquanto outra técnica, pedagogicamente mais adequada, somente produzirá alguns aritméticos competentes, deixando a massa de alunos sem o conhecimento do cálculo, não resta dúvida quanto ao processo que deve ser preferido socialmente. Somente devido à impossibilidade prática de distinguir entre o acadêmico e o empírico é que uma civilização progressista está sempre interessada no conhecimento teórico.

Ao mesmo tempo, a sociedade interessa-se substancialmen-

te pelo conteúdo qualitativo do processo educacional. Ela requer que cada um de seus membros adquira o conhecimento comum que constitui a base de sua vida em cooperação. Além disso cada geração deve tomar posse ativa de cada parte dos conhecimentos acumulados que tenham qualquer possível valor utilitário. Nas condições modernas, esse repositório tornou-se tão grande que nenhum indivíduo sozinho pode abarcá-lo. Por necessidade houve uma divisão do trabalho, mas o esforço total deve ser completo. Em uma grande comunidade industrial há necessidade real de alguns botânicos e linguistas assim como de muitos engenheiros. Quando uma civilização começa a se esquecer de coisas ainda úteis e outrora conhecidas ela se encontra em evidente retrocesso.

A ciência educacional moderna parece mostrar uma clara tendência, em seu entusiasmo pela técnica e o método, a desconsiderar o bem-estar do indivíduo e ignorar os interesses da sociedade. Apesar das grandes conquistas nos dois primeiros campos, provavelmente há boas razões para considerar a escola moderna menos eficiente nas outras matérias do que o sistema antigo que ela suplantou. Isso não quer dizer, como muitos o fazem, que devamos retornar aos programas antigos. Ficou provado que isso é completamente obsoleto. É ainda menos adaptado às necessidades modernas do que os sucedâneos que foram imaginados às pressas. Continua, porém, valendo o fato de que quem se formou nos tempos de antes estava aparentemente mais bem preparado para ser bem-sucedido em sua carreira e com participação ativa nos assuntos da sociedade pré-moderna do que os indivíduos correspondentes dos dias atuais. O estilo acadêmico de antigamente era sobretudo humanístico, mas assim também era o próprio tecido social antes da ascensão da ciência e da industrialização dos tempos atuais. Naquela época, quando um jovem terminava a faculdade já era uma pessoa completa, pois possuía o conhecimento necessário para a vida adulta. Em nossos dias, ainda é uma criança, e por um motivo similar. Isso não é devido a que ele ou sua escola haja se deteriorado. Ocorreu uma mudança violenta nas condições intelectuais da própria sociedade. A missão

da educação ampliou-se enormemente. O conhecimento acumulado ultrapassou em muito o conteúdo do currículo de ensino. Houve época em que os dois eram quase idênticos. Hoje em dia, o objetivo da educação deve ser ampliado de modo a abranger todo o processo pelo qual um membro individual da sociedade recorre ao complexo repositório comum de capital intelectual. Aqui a biblioteca assume nova relevância que se torna menos importante apenas quando comparada com a escola.

IV

Os livros são meros registros de conhecimentos. O conteúdo deles é de variada natureza. O texto gráfico pode registrar uma observação fatual, uma opinião quanto a seu significado ou uma descrição da emoção que suscitou no autor. O livro não é o fato, a opinião, ou o próprio sentimento, é somente o registro dos conhecimentos do autor, que assim os percebeu, pensou e sentiu. Nos milhões desses registros escritos por milhões de indivíduos diferentes a sociedade ao longo de séculos de sua existência possui um relato quase completo de seu próprio conhecimento. Na multidão desses livros a sociedade, por assim dizer, construiu um aparato material de memória que sobreviverá a muitas gerações de seus membros.

Isso é ao mesmo tempo um efeito de causas sociais e em si uma causa eficiente de novos fenômenos sociais. Qualquer membro da sociedade conta hoje com acesso livre à totalidade dos conhecimentos acumulados de sua gente. Ao abrir um livro ele pode ler em uma hora mais do que com frequência lhe foi ensinado em dias de instrução em sala de aula. Pode escolher o assunto que vai estudar e, se o desejar, ir direto até as conclusões finais sem tentar assimilar os elementos ou acompanhar o desenvolvimento da demonstração. E mais do que isso ele pode aprender matérias que não estejam incluídas em um currículo escolar. Mediante o mecanismo da página impressa ele pode transferir para sua mente um transcrito de qualquer porção da memória social.

A qualquer instante pode estabelecer uma escola para si mesmo, nas disciplinas que lhe aprouver, e dependerá somente de seus próprios olhos como professor.

Essa é uma nova instituição social que pode ser usada de todas as maneiras. Segundo as normas da própria sociedade algumas dessas atividades são boas, umas são neutras e outras positivamente más, porém é preciso conhecê-las para que possam ser avaliadas. Esse é um campo que tem sido surpreendentemente pouco explorado, apesar de ser óbvia sua orientação geral. O processo de aprendizagem é o mesmo, seja ele realizado por meio da leitura voluntária ou sob as pressões da disciplina escolar. Existem, e isso foi por nós verificado, quatro níveis diferentes nos resultados da aprendizagem. Investigar os efeitos da leitura em cada uma dessas fases seria suscitar numerosas questões para as quais, aparentemente, ainda não se dispõe de respostas. Para nosso atual propósito precisamos tentar não mais do que citar como exemplos alguns desses problemas.

Como simples técnica há evidentemente muitos tipos de leitura que variam não somente conforme o assunto, mas também segundo as maneiras como ele é tratado. É comum, em relação a qualquer assunto, encontrar-se uma gama completa que vai desde um livro didático, um tratado sistemático e um apanhado jornalístico até um tratamento exclusivamente literário. Pode-se ler, por exemplo, sobre paleontologia em um manual escolar fininho ou no calhamaço do especialista; o assunto também aparece em folhetos de museus, no romance de Doyle[1] e na poesia de Arnold.[2] Constitui problema de método determinar qual das leituras, a muito rápida ou a pouco rápida, feita com atenção, terá melhores resultados. No mesmo terreno, pode-se indagar se ideias abstratas são colhidas com mais facilidade de livros que examinam o que é específico ou se daqueles que formulam conclusões gerais. A respeito do efeito da leitura no indivíduo é

[1] Arthur Conan Doyle (1859–1930). O autor talvez esteja se referindo a *The lost world* (*O mundo perdido*), de 1912. (N. T.)
[2] Matthew Arnold (1822–1888). Poeta inglês. (N. T.)

preciso discriminar com clareza entre tipos de leitura e tipos de indivíduos. Porém, deve haver um ponto em que um profissional gráfico tirará mais proveito se continuar lendo sobre tipografia do que começar a ler sobre os fundamentos da biologia. Além do que deve haver alguma correspondência entre esse ponto e aquele que é crítico, de igual modo, embora em termos diferentes, para um banqueiro. Quanto ao aspecto final, o efeito da leitura na sociedade, temos que de novo encarar a questão do tipo. Podemos citar, como problemas característicos nesse terreno, as seguintes indagações: A leitura excessiva de obras de ficção de qualidade inferior aumenta o número de delinquentes? Para isso, a leitura causaria o turvamento da capacidade mental de distinguir entre o que é realidade e o que é imaginação? Os livros juvenis tendem a retardar a adolescência intelectual? As horas de lazer dedicadas ao estudo de aspectos teóricos de uma profissão contribuem mais para a eficiência no trabalho do que as dedicadas à simples recreação? Para todos esses problemas, como dissemos, ainda não se dispõe de respostas apoiadas em bases fatuais. Cada um é livre para imaginar quais seriam essas respostas a partir de hipóteses apriorísticas, mas, neste ponto, como acontece amiúde, uma hipótese vale tanto quanto outra.

A sociedade como um todo está interessada na aprendizagem por meio da leitura, sempre que um número grande de seus membros for afetado por esse processo ou sempre que poucas pessoas de influência forem por ele profundamente afetadas. Indiretamente, pelo menos, o efeito de uma técnica, o efeito de um método e o efeito sobre um indivíduo podem ter importância similar à dos efeitos diretos sobre a sociedade, os quais nos esforçamos por descrever. Mas todas essas quatro fases se preocupam evidentemente com os resultados produzidos pela própria leitura. Em uma visão mais ampla essa atividade também pode ser avaliada pelo grau com que desencadeia na sociedade a qualquer momento toda gama de conhecimentos importantes. O registro de experiências contido nos livros é material inerte. A sociedade somente pode apreendê-lo quando ele é transferido para as men-

tes de pessoas vivas. É importante portanto para a totalidade do organismo social que a qualquer momento toda fase relevante do total de experiências acumulada seja ativamente conhecida por algumas mentes, pelo menos. Do contrário a sociedade não poderá jamais conduzir a vida em comunidade no nível mais elevado que seria realmente praticável. Aprender por meio da leitura é, de certa forma, um metabolismo intelectual a ser mantido incessantemente para que se preserve o estado de bem-estar social normal.

Esse processo, naturalmente, não ocorrerá com eficácia a não ser que aconteça nos lugares certos. Os conhecimentos oriundos da leitura não possuem relevância social exceto se forem adquiridos por pessoas aptas a injetá-lo na corrente vital da vida comunitária. Se um banqueiro norte-americano souber sânscrito isso causará enorme satisfação para si e seus amigos, mas provavelmente nada acrescentará a sua competência profissional ou a suas qualificações mais gerais como cidadão. Para o professor de línguas, contudo, é quase indispensável se ele quiser transmitir um entendimento válido dos fundamentos de filologia comparada. Por outro lado, o bem-estar de toda a comunidade pode ser indiretamente afetado se esse mesmo banqueiro possuir um conhecimento geral do hinduísmo; isso poderia, em circunstâncias imagináveis, incliná-lo a abrir sua mente e determinar onde o peso de sua influência será colocado quando houver pessoas em risco de tomar uma decisão imprudente que terá consequências permanentes.

É evidente, portanto, que a leitura é um elemento importante no tecido social moderno, mas também é evidente que nem a natureza desse elemento nem seu controle racional podem ser definidos a partir de uma visão teórica. É preciso que isso seja estudado em seu contexto como fenômenos sociais pelos processos do método científico que tiveram sua validade confirmada em outras situações.

V

Os riscos de reforma social empreendida com base nessas considerações teóricas aparecem na história de nossas escolas. Aqui tem sido repetidas vezes demonstrado que uma instituição social pode apegar-se com tenacidade a um programa por muito tempo depois de a sociedade ter se transformado a ponto de tornar esse programa socialmente ineficaz. Como o espírito do institucionalismo é sempre conservador talvez seja inevitável certo descompasso nos ajustes devidos. Mas quando esse atraso ultrapassa limites razoáveis, as forças acumuladas do ressentimento popular frequentemente levam a uma reação bastante violenta. Em décadas recentes, isso aconteceu mais de uma vez em nosso sistema educacional. Por causa do zelo excessivo de adeptos da modernização, atalhos para a reforma impuseram aos estudantes novas matérias tão irrelevantes para seus problemas de vida quanto as que foram eliminadas. A substituição muito difundida do latim pelo estudo de espanhol exemplifica bem esse ponto. Exigiu-se que centenas de milhares de estudantes fizessem de conta que aprendiam a língua das Américas ao sul dos Estados Unidos,[1] mesmo que poucos dentre eles algum dia viessem a usá-la, e sem que isso nem mesmo tivesse a virtude de lhes proporcionar uma percepção mais profunda do espírito de sua própria língua.

Ninguém pode sustentar que a exigência quase universal do latim devesse ter continuidade. Seu estudo tinha sido lógico e necessário quando a escola de nível médio destinava-se a ser simplesmente um preparatório para a faculdade, faculdade esta que era exclusivamente a antiquada academia humanística. Ambas as instituições porém modificaram seu caráter; a primeira agora é de modo definitivo um curso de continuação no sistema escolar comum, e a faculdade é uma escola profissional destinada à formação de professores, administradores e técnicos, ou uma escola preparatória para estudos em universidades. Uma mudança no

[1] O original, "*to dabble in the language of the southern Americas*", dá a entender que a percepção do autor quanto à suposta exclusividade do espanhol abaixo da fronteira com o México não diferia daquela que prevalecia, e talvez ainda prevaleça, entre a maioria da população norte-americana. (N. T.)

currículo do nível médio era inevitável, mas foi infeliz em excesso pois consistiu na simples substituição de um estudo inútil por outro igualmente inútil no que tange às necessidades reais de muitos dos estudantes. Foi só em anos recentes que os educadores abordaram o problema do planejamento curricular com uma avaliação segura das reais necessidades profissionais e um senso apropriado de praticabilidade pedagógica. A isso se chegou graças a uma análise das verdadeiras necessidades da comunidade na sociedade moderna.

Nosso sistema de bibliotecas em muitos aspectos é extremamente conservador. Suspeita-se que tenha preservado itens em seu programa que deveriam ser revistos para que essa instituição também se harmonize com as reais necessidades da sociedade contemporânea. A biblioteconomia portanto fará bem se evitar a repetição dos erros que foram cometidos na área da educação. Se, por exemplo, o conselho diretor de uma biblioteca pública, ao descobrir que a poesia da época vitoriana não é mais lida amplamente, vier a suspender a compra de livros dessa classe e gastar o dinheiro, ao contrário, em livros de química, devido a uma vaga e irracional convicção de que são práticos e modernos, estará fazendo uma substituição tão inútil quanto a do latim pelo espanhol em certas escolas. Na biblioteca, não menos do que nos currículos escolares, a seleção baseada no tipo de pessoas que serão atendidas é o único critério de eficiência social. Um estudo sociológico contínuo de características e atividades é o único guia seguro para uma reforma bem-sucedida de qualquer uma das duas instituições. No entanto, a interpretação prática desse estudo, isto é, a decisão sobre se uma instituição deve ou não tentar atender a qualquer interesse ou atividade específicos assim identificados deverá basear-se num julgamento subjetivo ditado apenas pela competência profissional. A ciência não pode distinguir o bom e o mau como valores humanos universais.

Capítulo 3

O PROBLEMA PSICOLÓGICO

I

Qualquer manifestação de atividade intelectual em um organismo social é produzida como uma agregação de atividades mentais atuantes em vários indivíduos singulares. Embora os livros como um todo sejam uma formação material que pode sugerir semelhança com um aparelho nervoso da memória social, não existe mentalidade real na sociedade propriamente dita, independente daquela dos membros que a constituem. Podemos falar de emoção social, julgamento social, volição social e até de psicologia social como um todo, mas os fenômenos assim nominados só podem ser compreendidos como acumulações das atividades intelectuais correspondentes em um número de indivíduos. Não há dúvida de que essas acumulações são um tanto diferentes dos totais da simples adição por causa das influências modificadoras do que se pode chamar correntes psicológicas autoinduzidas.

Aprender pela leitura é igual a qualquer outra atividade intelectual. O primeiro passo para compreender sua presença numa comunidade de pessoas consiste em estudá-la da forma como ocorre no indivíduo. Trata-se aqui claramente de uma atividade psicológica da maior complexidade. Estruturalmente parece consistir em um exercício paralelo de percepção sensorial e memória reflexiva. Esses elementos combinados fazem surgir, de algum modo, conceitos intelectuais, os quais, em seu efeito final na consciência, são quase equivalentes à observação abstrata.

Um indivíduo extrai sua capacidade de fazer isso exclusivamente das influências sociais. A cadeia de leitura — símbolos gráficos, palavras, combinação gramatical, ideias — não tem significado fora das convenções da comunidade. Na cultura moderna, porém, essas convenções se desenvolveram tão intensamente que quando alguém tenta pensar com precisão sobre questões difíceis tem bastante certeza de que escreve para si próprio. Seus hábitos mentais facilitam-lhe mais a leitura do registro gráfico de seus pensamentos do que pensá-los. Quando um grupo de pessoas debate sobre assuntos sérios hoje em dia geralmente começam com um enunciado escrito, e tentam nos debates orais pouco mais do que um comentário passageiro. Se for tomada uma decisão, com certeza a colocarão por escrito.

Muitos fatores contribuem para que isso aconteça. Em primeiro lugar os livros e exercícios impressos são muito empregados em nosso sistema educacional. Isso inevitavelmente tende a produzir a sensação irrazoável de que o que está escrito é sobretudo verdadeiro e sobretudo confiável. Ademais, com a adoção progressiva dos modos da ciência no pensamento moderno tem crescido o respeito à exatidão fatual e aumentado o desprezo por nuances subjetivas. A fala impregnada de força oratória será comumente deixada de lado em menoscabo de seu valor racional. Nosso desagrado por qualquer destreza de elocução chega ao ponto de a mera fluência ao falar ser amiúde vista como sintoma de superficialidade do pensamento. Conversação é uma arte perdida. Ainda um terceiro elemento que contribui para isso parece estar na convicção tão arraigada de que nossas mentes jamais apreendem a verdade absoluta. Nosso conhecimento, cremos, constitui só uma aproximação da realidade; com correções sucessivas pode aproximar-se cada vez mais da conformidade sem nunca atingir a perfeita identidade. Sentimos portanto que ao que é falado falta a necessária exatidão de expressão. Sobre o que está escrito, ao contrário, pressupomos que foi por mais de uma vez reexaminado e reformulado. Em geral portanto damos preferência a ler e escrever e não à maior parte de outras formas de atividade intelectual.

II

A mera preferência porém jamais será a garantia da verdadeira realização. Antes de a pessoa poder agir ela deverá querer e antes de querer deverá desejar. Nenhum conhecimento produzirá ação enquanto não for animado por um elemento emocional. A combinação de interesse e vontade é descrita comumente como motivação pessoal. Para que o indivíduo possa concretizar algum feito significativo será preciso querer com bastante força a fim de superar o gargalo da inércia e inclusive muitas vezes seus desejos contraditórios. Isso é verdadeiro desde o ato mais simples até a conquista mais complexa. Se a pessoa tiver que abrir a janela, deve não só ter a intenção de melhorar a atmosfera do aposento, ventilando-o, mas deverá também preocupar-se mais com seu bem-estar contínuo do que com seu conforto impassível. Em geral, escolher fazer algo implica que devemos também escolher não fazer outra coisa.

III

Ao voltarmos à conversa anterior sobre a atividade particular da leitura constatamos que o problema do motivo envolve muitas questões subordinadas que são da máxima importância. Essa é uma atividade que somente pode ser executada mediante uma escolha deliberada de não fazer mais nada por enquanto. Há muitos interesses que podem ser atendidos mesmo no curso de uma rotina profissional normal. Até o gosto por jogos comuns pode ser satisfeito se o jogador for um professor ou um competidor profissional. A paixão pela natureza pode ser satisfeita com muitas ocupações lucrativas; pode-se ser caçador, garimpeiro ou condutor ecológico. Os coletores podem recolher amostras para museus. O estudante pode trabalhar como assistente de pesquisa. Entretanto, salário algum jamais é pago pela simples leitura. Inclusive o bibliotecário, ao contrário da crença popular, tem tarefas de natureza diferente que deve realizar. Ler exige dispêndio

de tempo e durante esse tempo a completa ausência de qualquer outra atividade.

Além do mais, a leitura normal é um ato solitário. Dois leitores no mesmo aposento estarão como se um não visse o outro. Em certo sentido, são antissociais. Isso contradiz todos aqueles hábitos de sociabilidade de que estamos tão profundamente imbuídos e que são quase instintivos. Para algumas pessoas a leitura é impossível porque não podem nem que seja por um instante recolher-se diante de um livro. Suas mentes divagam com os amigos mesmo quando se encontram fisicamente sozinhos. Se forçarem a atenção sofrerão uma fadiga nervosa que será mais exaustiva do que uma atividade muscular violenta. Assim apesar de nossa preferência racional pela leitura a outras formas de atividade intelectual podemos imaginar que ela somente acontecerá quando existir um motivo muito forte para isso. Embora geralmente tenhamos uma forte inclinação pela leitura também sentimos outras propensões que, a menos que as superemos por meio de muita força de vontade, inevitavelmente tenderão a neutralizá-la ou pelo menos retardar sua ação.

A motivação para a leitura deve ser suficientemente intensa para se sobrepor a motivações rivais a fim de ela ser de fato proveitosa. Neste aspecto, como na maior parte de outras questões que dizem respeito ao comportamento humano, a formação de hábitos desempenha papel importante. Alguém que já tenha dedicado algum tempo à leitura achará mais fácil voltar a ler do que alguém que não tiver tal costume. Um ambiente e uma rotina de vida diária que inclua períodos de lazer e privacidade com acesso a livros favorecem a atividade. A convivência com pessoas que possuam o mesmo hábito faz surgir o impulso da imitação. Do mesmo modo, os indivíduos são fortemente influenciados nesse sentido pela opinião comum de seus iguais: em alguns grupos sociais a leitura é aceita como uma manifestação natural de inteligência normal, enquanto em outros é vista como anormalidade inútil, ruim e antissocial. Inevitavelmente, o hábito e o meio social estão entre as condições que determinam se o impulso psico-

lógico de ler se transforma em ação ou se permanece meramente em estado potencial.

IV

Além dessas questões sobre motivação suficiente e suas causas determinantes há numerosas variações de tipos. O impulso de ler nem sempre é o mesmo. Neste aspecto, pareceria que examinar apenas um comportamento resultante seria confundir coisas que de fato nada têm em comum. Um exame superficial de vários leitores, ou mesmo de um só leitor em diferentes ocasiões revelará uma diversidade de ações que são substancialmente diferentes. Na gradação mais grosseira desses motivos será possível distinguir no primeiro pelo menos três tipos conforme o desejo: informação, apreciação estética ou prazer imediato.

Dos três o motivo mais simples talvez seja a sede de informação. O leitor se esforça para transferir para sua própria mente certas porções do conhecimento consolidado. O estado de sua mente, na medida em que enfrenta a tarefa, pode variar ao longo de uma extensa série de possibilidades. Seu propósito real pode ser remoto ao invés de imediato. Neste caso é possível que lhe falte realmente algum interesse pessoal pelo que está lendo e que só persista na leitura porque considera o conhecimento assim obtenível como pré-requisito para o que de fato almeja. Sendo assim sua atitude será como se estivesse diante de um encargo desagradável. Ele poderá desgostar intensamente do processo de ler e no entanto sentir tal avidez pelo que acredita que a leitura lhe proporcionará que continuará com certo entusiasmo. Ou talvez se arraste vagarosamente como a carregar um fardo. Ou, pelo contrário, seu desejo pela informação poderá jorrar diretamente de uma intensa curiosidade intelectual. Ao virar cada página é como se ela fosse alimento para o faminto, agradável por satisfazer e não por ser realmente gostoso.

Qualquer que seja a atitude emocional e o interesse pessoal, está claro que o motivo animador — o desejo de conhecimento

— determinará o caráter do processo se for para satisfazer esse desejo. O objetivo desse leitor é transferir conhecimentos do livro para sua própria mente. Para alcançar isso com êxito precisará de uma técnica adaptada ao propósito específico. Deverá saber diferençar entre mera memorização e apreensão por completo. Se os conhecimentos que procura forem simplesmente informações fatuais, seu esforço será obter do livro efeito semelhante a como se tivesse ele mesmo feito a observação original. Se deseja conhecimentos sobre valores, esforçar-se-á para alcançar os mesmos resultados como se ele tivesse estabelecido esses critérios. Se se trata do conhecimento de sentimentos, seus esforços se submeterão a uma construção artificial da situação final que seria resultante se uma vez os tivesse sentido. De qualquer modo, esse leitor anseia extrair de um registro da experiência humana o equivalente a tê-la experimentado. Através do estudo da história ele busca conhecer o que conheceria se tivesse estado oniscientemente presente quando os próprios acontecimentos ocorreram. Nos livros científicos ele se lança, por assim dizer, em laboratórios desconhecidos e se torna o companheiro invisível de toda uma multidão de cientistas. Ele percebe graças aos sentidos e concebe graças à inteligência de estranhos, estejam vivos ou mortos. Se ler sobre opiniões poderá quase por um passe de mágica perscrutar na consciência racional de outras pessoas para sopesar argumentos, avaliar hipóteses, definir categorias e elaborar juízos intelectuais. Se procura conhecer sentimentos, poderá voltar-se para a poesia a fim de aprender seu conteúdo racional ou para a crítica literária a fim de obter uma descrição das reações subjetivas produzidas na alma de seu outro. Todo livro um dia foi uma pessoa, alguns gerações inteiras. Em suas páginas permanecem os conhecimentos destilados da experiência humana.

De qualquer modo a vividez do conhecimento do leitor dependerá da eficiência da técnica que houver escolhido e não menos de sua capacidade de operá-la. Isso deverá ser medido pela clareza do conhecimento resultante e da profundidade com que o

apreender. Vários tipos de leitura poderiam ser avaliados quanto a esses efeitos.

O leitor que se sente animado ao se voltar para seus livros, ansioso por deleitar-se com a leitura, deve muito evidentemente encontrar-se em um estado de espírito totalmente diferente daquele de quem busca informações. Em um aspecto, pelo menos, seu motivo é simples porque é sempre direto. O prazer que procura é imediato. Jamais deve se obrigar a fazer tarefas desagradáveis como meio de alcançar o fim almejado. A não ser que sua leitura seja agradável em si mesma seria tolice dedicar-se a ela. O motivo para seu comportamento será sempre patente, direto e sem complexidade. Mas sob outro aspecto variará grandemente segundo a espécie de prazer que busca. Quanto a isso podem-se assinalar quatro tipos diferentes: a apreciação estética, o quase-experimento, a libertação e a ocupação.

A leitura pelo prazer da apreciação estética é provavelmente mais rara do que a maioria de nós pensaria admitir. Raramente a literatura é arte pura, exceto para o artista que a cria. Não muitas pessoas possuem aptidão para a leitura recreativa de uma composição artística escrita. A literatura precisa empregar como meio de comunicação palavras que representam ideias racionais, assim como a pintura e a escultura precisam trabalhar com representações de objetos materiais. As mentes da maioria dos leitores são capturadas pelo significado intelectual do que está escrito, assim como a consciência da maioria dos apreciadores de um quadro prende-se aos objetos retratados. A música é mais feliz; mesmo o pior dos ouvintes não pode ser atraído por algum conteúdo racional nos elementos estruturais. Assim é natural que para cada amante de música satisfeito em qualquer comunidade haja dezenas de espectadores perplexos diante de belos quadros e centenas de leitores frustrados de grandes livros. Algo tão óbvio quanto o estilo literário parece encontrar-se além da compreensão de um vasto número de leitores costumeiros. É algo de que todos falam, porém poucos têm consciência de sua existência. Mas, sobretudo, a transmissão literária de sentimentos implica reações exclusiva-

mente subjetivas e portanto ficarão fora de nossa conversa atual que diz respeito apenas a questões de ciência.

A leitura por prazer decorrente de um quase-experimento é tão comum quanto é rara a leitura estética. É praticada por todos os tipos de pessoas de todas as formas. Comumente hoje em dia a leitura desse tipo significa leitura de prosa de ficção. Essa atividade em seu caráter mais geral parece envolver uma projeção imaginária do leitor como um espectador onisciente e invisível entre os interessados enquanto acontecem eventos interessantes. Obviamente as coisas que forem tidas como interessantes dependerão da personalidade do leitor. Para certas pessoas romances que tratem de sutilezas de caráter serão fatalmente maçantes, e para outras uma história policial ou uma narrativa de aventuras no mar serão igualmente desagradáveis. As possibilidades de variação são enormes mas em cada caso a leitura real será determinada pelo interesse real. Seria até mesmo possível definir o comportamento geral de alguém por meio da qualidade do tipo de ficção que acha interessante. Certamente, um estudo dos tipos de romances que alcançam popularidade em diferentes momentos pode ser adotado como um indicador de mudanças no espírito da sociedade.

A leitura de romances, contudo, não é a única manifestação dessa busca pelo prazer imediato. Quase qualquer livro é passível, admita-se, de ser utilizado com essa finalidade. Obras populares de viagens e história parecem especialmente se prestarem como substitutos de aventuras reais. Uma narrativa empolgante de uma exploração no Ártico, por exemplo, aparentemente deixa na mente do leitor predisposto a ilusão de que algum dia ele próprio esteve envolvido vitoriosamente nessa luta titânica contra a natureza e voltou para casa são e salvo. De igual modo o ensaio para alguns leitores é uma aventura intelectual feita por delegação em domínios estranhos do pensamento; para uns proporciona uma satisfação igual à que lhes trariam a apresentação feita para eles lúcida e convincente de seus próprios pontos de vista.

O terceiro tipo de leitura por prazer é aquela feita para con-

quistar a libertação da realidade. Aqui a motivação diz respeito não tanto ao que é lido mas ao esquecimento que provoca em relação a outras questões. Não é preciso que exista um desagrado permanente quanto ao que será esquecido temporariamente. A gente pode simplesmente estar farto disso por enquanto. Com frequência os livros podem ser utilizados para eliminar da fadiga suas reações emocionais reduzindo-a a um mero cansaço físico. Muitas pessoas recorrem à leitura como outras recorrem ao jogo de cartas, a fim de desviar o fluxo de sua atividade mental para que possa fluir sobre leitos mais tranquilos. Algumas pessoas habituam-se de tal forma à rotina que sem essa diversão repousar torna-se impossível. Se os livros forem utilizados com essa finalidade seu conteúdo passa a ter importância secundária. Entretanto deverão ser de natureza tal que despertem um interesse genuíno. Ao mesmo tempo o grau desse interesse não deve exceder certos limites; se o livro for excessivamente estimulante, poderá mais aumentar do que reduzir a fadiga; se for muito maçante, não conseguirá prender a atenção. A leitura por sua força soporífica pode parecer tudo menos uma questão trivial. Contudo aparentemente existe uma força estranha com efeito mental no processo para algumas pessoas. Para elas, as coisas lidas em estado passivo parecem penetrar mais profundamente na mente do que quando o fazem pelo estudo consciente. Isso talvez explique a impressionante profundidade do estudo que ocasionalmente é vista em pessoas cujo tempo aparentemente é tão breve para a multiplicidade de seus absorventes deveres. Elas talvez não leiam muito, mas selecionam bem e retêm o que realmente leem por diversão.

Nem sempre é fácil distinguir entre leitura por diversão e leitura como mero passatempo, contudo parece existir uma nítida diferença entre as duas. A primeira sempre revela que existe algo interessante no que é lido. A segunda pode carecer disso por completo. Um exemplo simples de leitura para preencher um espaço de tempo vazio é o do viajante que, retido por uma tempestade, e na ausência de qualquer outra coisa para ler, percorre o guia telefônico da cidade até quase conhecê-lo de cor. É alta-

mente significativo que mesmo essa atividade mental fútil faça desaparecer naquele momento sua sensação de tédio. Talvez algo do mesmo gênero esteja presente em grande parte da leitura de jornais e outras publicações efêmeras, feita nas horas vagas, que é praticada de modo tão assíduo nos bondes e trens de subúrbio de qualquer grande cidade. O hábito, uma vez adquirido, é levado não só para o escritório e o restaurante, mas até na volta para casa. Em alojamentos solitários, operários nas horas de descanso, e no retiro diário de suas casas, donas de casa sozinhas consomem uma quilometragem fabulosa de papel impresso só porque não encontram uma válvula de escape para o impulso que sentem de fazer alguma coisa.

V

Todos esses impulsos parecem ser perfeitamente normais. Qualquer um, porém, pode desabrochar de forma anormal em uma mente desequilibrada e partilhar do caráter mórbido do cérebro que o concebe. Não é raro alguém obcecado pela sensação de inferioridade mental sentir uma compulsão interna para estudar a própria matéria em que ele se imagina como o mais fraco. Se carecer de persistência poderá satisfazer seu anseio com meros preparativos e programas exibicionistas. Se tiver um pouco mais de iniciativa, poderá adquirir vistosas tinturas que procurará fazer passar por conhecimento genuíno. Esse tipo de leitor está sempre atento para informações que sejam fora do comum porque pressupõe que sejam, por conseguinte, pouco conhecidas. Contrastando com esses há um terceiro tipo de motivação por inferioridade que pode encaminhar uma pessoa com talento de verdade a desenvolver um esforço genuíno e alcançar resultados notáveis. Aqui a anormalidade está apenas nas reações subjetivas mórbidas do infeliz ser humano que as sente; no que tange a seu comportamento ele é perfeitamente normal.

Também se encontram variações na espécie de audiência que a vítima se esforça para impressionar. Se for o mundo em geral

o personagem se esforçará para desempenhar seu papel diante do maior número possível de pessoas. Para tal fim em geral bastarão preparativos exibicionistas e um discurso com lábia. Em outros casos, a pessoa autodestrutiva importa-se com a opinião de um único indivíduo cuja desaprovação ocasional inspirou um ressentimento permanente. Em quase qualquer círculo da sociedade encontra-se pelo menos um representante dessa aberração mental com a qual toda uma vida é ditada por uma inimizade secreta odiosa e unilateral. Aqui o anseio por aprender aquilo que causará impressão exige uma substancialidade mais profunda. Pretensão superficial, percebe-se, não será suficiente para um triunfo espetacular. Essa atitude mental, porém, carece de qualquer sinceridade fundamental. O conhecimento é procurado não por causa de seu valor intrínseco mas apenas por servir de meio para uma utilização acidental e pessoal. Isso não acontece quando a audiência a ser conquistada é a própria vítima. Aqui cada feito real é examinado por um juiz mais severo do que o exigido pelas circunstâncias normais. Uma pessoa atormentada pela autodestruição acha difícil apreciar suas próprias conquistas de modo que se aproximem do que realmente valem. Acicata-o um aguilhão mais agudo do que a mais firme ambição.

Às vezes, contudo, o desejo psicologicamente anormal por informações brota de simples megalomania. Esse comumente parece ser o caso quando a busca se direciona para o descobrimento de evidência racional que corrobore uma crença irracional. Não são poucos os homens e mulheres que se passam por ardentes caçadores de conhecimentos, embora, na realidade, estejam somente se auto-iludindo. Suas aberrações mentais deram origem a teorias obstinadas; suas vidas foram dedicadas a uma busca infrutífera de provas convincentes sobre dogmas estapafúrdios de natureza religiosa, econômica ou política. Apesar de convictos de que possuem a verdade final, os incréus exigem provas. Estas portanto são procuradas, mas somente por causa de seu valor propagandístico.

As motivações para a leitura, além do desejo por informações,

podem ser igualmente doentias. Em algumas formas são francamente perniciosas. Nisso devemos classificar qualquer atração irresistível pelo interesse literário por pornografia, crime e quebra antissocial de convenções. De maneira similar o uso de livros para diversão e passatempo pode às vezes ser o voo que permite aos fracos escaparem da realidade. Em um mundo de faz de conta eles se despojam de qualquer responsabilidade.

VI

A motivação psicológica por trás de cada tipo de leitura é incomparável e característica. No entanto é provável que motivo algum persista para sempre. Um leitor parece desviar-se facilmente de um motivo para outro. De fato, é perfeitamente concebível que ele passe por toda a gama de motivos em uma mesma sessão; embora comece com o simples desejo de preencher um tempo vago poderá vir a achar que aquilo que primeiro começou a ler para se distrair ficou positivamente agradável e terminou em um esforço consciente para adquirir conhecimentos confiáveis. O que é importante observar é que nem toda leitura pode ser juntada num mesmo bloco como uma atividade comportamental singular e homogênea. Sem que se reconheça a variedade de motivações não haverá uma correta diferenciação entre as diversas origens do desempenho real. Ninguém na verdade lê simplesmente porque deseja naquele momento informação, prazer, diversão ou ocupação. Qualquer dessas necessidades pode ser atendida de outras formas. Antes de usar um livro a pessoa deverá não apenas ter o acesso que for possível à bibliografia, mas também um impulso psicológico nesse sentido. Os fatores que ensejam esse impulso devem claramente ser da maior importância em qualquer estudo científico de leitura. Igualmente é muito provável que sejam diferentes conforme a natureza da própria motivação.

Dado, por exemplo, o desejo de ler por informação, sustentado de maneira bastante firme para superar desejos contrários que levem a outras atividades, será preciso que esteja presente,

antes de fazer qualquer leitura de verdade, um desejo consciente do tipo específico de informação desejada e uma convicção de que pode ser adquirida nos livros adequados. A presença dos dois últimos fatores, em qualquer pessoa, somente pode ser explicada por sua história intelectual. Sua experiência deve apresentar esses dois elementos. Mas até onde essa experiência tiver dependido de condições sociais ela poderá provavelmente ser generalizada e servir como um tipo daquilo que deve acontecer amiúde e com muitos indivíduos. Em sua forma mais simples esse desejo por determinado tipo de informação pode, frequentemente, ser um efeito residual deixado pela escola. Com o passar dos anos, a maioria das pessoas chega a lamentar a ignorância daquilo que lhes foi ensinado em sala de aula. Talvez tenham esquecido coisas que outrora tinham conhecido ou talvez tenham sido negligentes sem nunca as terem realmente aprendido. Em qualquer caso o arrependimento pode inspirar o desejo de voltar e corrigir essa lacuna. Aqui a familiaridade com o assunto a estudar terá sido estabelecida por uma certa fase da experiência do indivíduo. Isso também explicará o desejo pelo estudo de um assunto que foi conhecido porque fazia parte do currículo escolar, mesmo que a pessoa que agora sente o desejo de segui-lo fosse incapaz de alcançar esse nível. Um terceiro tipo dessa espécie de desejo será aquele que encontra paralelo com algum estudo realmente feito. É fácil compreender como, por exemplo, uma pessoa que estudou um pouco da história britânica em sala de aula venha a sentir vontade de por conta própria adquirir conhecimentos similares sobre outra nação. Em qualquer desses casos, os conhecimentos necessários sobre o assunto em geral foram adquiridos na escola. O que também é verdadeiro sempre que o impulso primário for estudar ramificações de um assunto que foram omitidas do currículo do sistema formal de ensino, apesar de estudado em linhas gerais. Repete-se aqui a circunstância em que os conhecimentos que determinam a linha especial assumida por um desejo genérico por informações foi adquirido por meio de um contato institucional do indivíduo com sua sociedade. Necessariamente

sempre que tal contato tiver sido limitado aos graus elementares não terá ocorrido uma iniciação ampla em uma gama maior de assuntos, na forma de conhecimentos transferidos para sua visão intelectual dos anos de vida adulta.

A atividade profissional é outra fonte de interesse e conhecimento de um assunto. A curiosidade normal despertará em muitos profissionais o desejo de saber mais sobre seu trabalho. A ambição normal constatará que promoção muitas vezes depende de preparo intelectual. E, por fim, a inveja normal da condição social e pessoal mais elevada do profissional mais capacitado poderá levar a uma tentativa de emular seus prováveis estudos. Em uma pessoa motivada à leitura por qualquer um desses impulsos seu conhecimento como profissional do assunto que deseja estudar poderá ser ou não ser um guia adequado. Se se voltar para descrições de processos técnicos, na expectativa de melhorar suas aptidões, facilmente ficará desapontado; as explicações por escrito de manobras complicadas nem sempre são claras, e, na verdade, o profissional talvez saiba mais do que aquilo que qualquer livro tenha para lhe ensinar. Sendo assim, sua tentativa de estudar poderá somente fortalecer sua propensão a subestimar a importância da teoria; comumente é muito difícil para alguém de mentalidade prática compreender a importância de conhecimentos fundamentais. Um mecânico, por exemplo, quase sempre se mostra impaciente diante da geometria teórica, do mesmo modo que um contador despreza história econômica. O conhecimento profissional porém pode estimular a leitura bem-sucedida quando o interesse se volta para assuntos que correm paralelos àquilo que o profissional executa ou àqueles que se ramificam a partir dele. O desejo de um vendedor de tecidos conhecer sobre a fabricação de produtos têxteis ou sobre as pessoas que os fabricam frequentemente levará a um longo curso de leitura persistente. O conhecimento profissional deve também ser considerado a motivação eficiente em toda tentativa de adquirir informações de livros para aplicação imediata em um processo de trabalho. Quando um redator de anúncios, por exemplo, se informa sobre

as mercadorias que está procurando entender, o livro que usa é simplesmente uma ferramenta de seu ofício, assim como é o serrote para um carpinteiro.

Afim com o interesse profissional, mas diferente dele em muitos aspectos, está a busca por informações acerca de determinado assunto que se origina em experiências casuais. Em geral esses desejos parecem ser inspirados mais amiúde por contatos institucionais do que por relação com indivíduos isolados. A igreja, o clube literário e a reunião política ainda parecem responder por uma parcela notável dos esforços pessoais para adquirir informações sobre questões de interesse remoto em relação à vida cotidiana. Além dessas organizações, entretanto, cada um de nós é bombardeado continuamente, graças à produção atual da imprensa, por uma ampla variedade de estímulos que despertam interesses por assuntos. Não somente a força desse estímulo mas sua natureza dependerá em parte do tipo de publicação em que ele acontece. Muitos livros referem-se incidentalmente a vários temas secundários de maneira a aguçar a curiosidade do leitor para conhecer mais sobre eles. Através desse canal é imaginável que uma pessoa possa travar conhecimento casual com quase qualquer assunto em toda a cadeia dos conhecimentos humanos. Na prática real, porém, parece que comparativamente poucos leitores têm o interesse despertado por determinado assunto pelos livros que já utilizaram. Isso provavelmente não acontece no caso dos jornais. Não apenas no texto mas até mesmo nos anúncios pululam referências a tudo quanto é tipo de tópicos que, pelas limitações impostas pelo tratamento jornalístico, não podem ser desenvolvidos. Isso os torna mais poderosos, como estímulos de curiosidade permanente. Uma comparação entre os temas considerados mais interessantes por um grande número de não-leitores de livros e aqueles aos quais os jornais comuns dão mais atenção provavelmente revelaria uma concordância próxima entre eles. Se isso é efeito ou causa seria uma questão em aberto. Por um lado é possível argumentar que o jornal desperta esses interesses; por outro lado que ele simplesmente ajusta-se à demanda

do público. Mas, às vezes, pode-se especular sobre quanto das declarações positivas dos jornalistas sobre aquilo que o público deseja baseia-se em conhecimentos verdadeiros e quanto se baseia em uma tradição dogmática. O desprezo pela inteligência do público que é comum ser manifestada reservadamente por algum jornalista veterano, assim como o cinismo do gerente de teatro experiente, nem sempre inspiram grande confiança na qualidade de sua opinião naquilo que interessa ao grande público. Talvez um estudo cauteloso dos temas destacados no texto e daqueles publicados em anúncios em comparação com os interesses de leitura mais comuns das pessoas em geral viesse a ser muito esclarecedor.

Além dos jornais existe uma enorme multiplicidade de textos que aparece em publicações periódicas. Algumas delas de fato são jornais, a não ser por causa do formato físico e sua menor periodicidade. Na maioria, no entanto, são na verdade revistas. Seu tipo característico é uma miscelânea de textos mais extensos do que os que se encontram em um jornal. Além disso, cada fascículo trata de tópicos comparativamente em menor número. A seleção editorial das matérias em discussão constitui sempre uma tentativa de atender aos interesses de leitura de determinado grupo da sociedade. O propósito consciente do leitor que se volta para um número recente de um periódico desse tipo terá sido provavelmente motivado por um de dois impulsos concretos. Esse leitor ou é atraído por um ou vários dos itens que aparecem no sumário, ou então ele acredita que um fascículo desse periódico quase com certeza trará coisas que lhe interessam, devido a saber, por experiência anterior ou pela reputação da revista, a tendência geral de suas escolhas editoriais. Ao mesmo tempo, não há dúvida de que em muitos casos ele será atraído para a leitura interessada de assuntos com os quais não estava até então familiarizado.

Por meio do mesmo processo geral, é possível suscitar um imediato interesse de leitura por um novo tema mediante várias outras instituições. O clube de livros por assinatura, por exemplo, em sua configuração atual, pode ser visto como nada mais do

que uma modificação do sistema de publicações periódicas. Sua única peculiaridade está em que cada número consiste em um único livro ao invés de uma miscelânea de artigos; no entanto, terminado o ano, a lista de assuntos abordados não será muito diferente daquela de um ou dois números de um periódico mensal que cubra o mesmo campo geral. O cliente ainda se coloca nas mãos de um editor no que tange a suas opções de temas de leitura. Em certo sentido, a mesma situação acontece sempre que um leitor potencial se acerca de uma seleção de livros arrumados por um livreiro ou um bibliotecário para fortalecer ou criar um interesse temático em seu cliente. Mesmo aqui, pode-se afirmar, terá havido um exercício de juízo editorial e um possível apelo a um interesse até então inexistente.

VII

A última fase de nosso problema psicológico é a questão do efeito da leitura na vida mental do leitor. Isso, entretanto, é tão obscuro que qualquer tentativa de analisar suas complexidades com base só em observações genéricas quase certamente será infrutífera.

CAPÍTULO 4

O PROBLEMA HISTÓRICO

I

Um livro é um artefato físico produzido somente em uma sociedade civilizada. As implicações desse truísmo abrangem muitos aspectos históricos. Antes que um autor possa escrever ele deve possuir uma língua e um sistema gráfico para registrá-la. Nada disso é invenção sua. Ambos, a língua e seu registro, conforme já assinalamos não passam de convenções arbitrárias de cultura; ambos chegaram à forma atual em decorrência de uma longa evolução. Do mesmo modo a forma do livro através dos tempos e os variados métodos de sua fabricação constituem questões históricas fundamentais para a biblioteconomia. Nisso devem ser levados em conta não apenas os materiais físicos que tenham sido empregados para a recepção de registros gráficos, mas também os reflexos deles em sua utilidade funcional. Tabuletas de argila, peles curtidas e papiro, cada um apresenta uma combinação diferente de baixo custo, portabilidade e permanência. A tabuleta, o rolo e o códice variam grandemente quanto a seus recursos para se tornarem uma referência. O desenvolvimento de recursos para auxílio dos leitores como a etiqueta de capa, a página de rosto, o sumário, a paginação e o índice alfabético formam um longo processo evolutivo. Só a história da ilustração de livros recapitula por si só toda a história da técnica da erudição moderna. A invenção de um processo mecânico para multiplicação de registros escritos permitiu à Europa produzir em cinquenta anos mais livros do que todos os

que haviam sido fabricados no milênio anterior. Pela economia da distribuição moderna um pároco do interior pode agora possuir mais volumes do que Tomás de Aquino viu em toda a vida. Os movimentos culturais que se acham registrados na história do livro físico foram fatores determinantes no curso da civilização.

O desenvolvimento da biblioteca como instituição também representa um capítulo essencial da biblioteconomia. Cada época formou seu acervo de registros gráficos de modo a acomodá-los a seus hábitos intelectuais. A partir dos modestos apetrechos de um mosteiro medieval, limitados às necessidades prescritas por sua regra, através da raquítica coleção da escola inicial, formada somente de textos necessários à sala de aula, a moderna biblioteca pública de acesso gratuito se desenvolveu graças a uma longa série de transformações, cada uma delas condicionada em todos os detalhes pelas condições da sociedade coetânea. Toda mudança de vulto nos ideais sociais produziu alteração na constituição da biblioteca. Na baixa Idade Média, à medida que as corporações de burgueses passavam a ocupar o lugar dos personagens feudais, a *Rathaus*[1] e a sede das corporações de ofício mimetizavam o luxo dos magnatas anteriores: a comuna adquiria prataria, tesouros de arte e *livros*. Quando a Reforma substituiu a verdade pela autoridade como norma da ortodoxia a piedade dos eclesiásticos ainda era medida por sua assiduidade na leitura. Mas isso agora pertencia a uma nova espécie: quando de seu antecessor era exigido dedicar grande parte do dia a ler um livro de horas, o ministro protestante era obrigado ao estudo de textos sérios por toda a vida e por sua própria iniciativa. Seu gabinete tornou-se um estúdio recoberto de livros ao invés de uma sacristia. Com o advento de ideais democráticos funcionários de todos os graus, desde monarcas a insignificantes pretendentes, renderam-se à propriedade comunitária de suas coleções herdadas de livros que seus antepassados tinham inegavelmente considerado como propriedade pessoal. O advento do capitalismo e a identi-

[1] Em alemão: prédio destinado à administração da cidade. Câmara municipal. (N. T.)

ficação de privilégio social com condição econômica, no século XVIII, encontra paralelo no desenvolvimento da biblioteca no formato de sociedade anônima. O liberalismo sentimental vitoriano se idealizou como *Lady* Bountiful[1] com o mecenato de livros do Mechanics' Institute.[2] Em nossos próprios dias de dois polos da sociedade contemporânea irradiam-se forças que consolidam bibliotecas para uso gratuito pelo público: capitalistas miliardários dotam fundações magníficas e autodesignados filantropos fazem campanha em prol de organizações sociais. A biblioteconomia, como a conhecemos, só pode ser inteiramente entendida mediante a compreensão de suas origens históricas.

A biblioteca norte-americana, em particular, apresenta muitos traços das forças sociais peculiares que a criaram. Nas mentes de seus dinâmicos criadores sempre houve uma crença clara e racional de que essa instituição social é um agente tão necessário ao esclarecimento público que seu apoio, como o das escolas, deve ser assumido pelo Estado. A divulgação de informações confiáveis junto ao eleitorado é um elemento fundamental da teoria moderna de democracia. Mas ao lado disso estava presente uma resposta emocional nos corações do povo norte-americano, que apoiava qualquer movimento que visasse o estabelecimento de um sistema de bibliotecas. Era aquela paixão por livros, simplesmente como livros, que parece ser uma memória popular inconsciente da fome de leitura nas regiões de fronteira. Exatamente como a história de Lincoln[3] estudando à luz da lareira em um volume que lhe exigira caminhar penosamente por mais de trinta quilômetros para pegá-lo emprestado é sua expressão mítica, as-

[1] Na peça *The beaux stratagem* do dramaturgo irlandês George Farquhar (1677–1707) *Lady* Bountiful era uma dama muito rica que se notabilizou pelo altruísmo e generosidade. Foi incorporada ao vocabulário corrente como equivalente a alguém que gosta de alardear fortuna e se exibir fazendo doações aos pobres. (N. T.)

[2] Instituições criadas no Reino Unido na década de 1820, com a finalidade de formar mão de obra para a indústria. Davam cursos e palestras para operários e mantinham bibliotecas com empréstimo de livros. No Brasil foram estabelecidos, a partir de meados do século XIX, com propósitos semelhantes, vários liceus de artes e ofícios. (N. T.)

[3] Abraham Lincoln (1809–1865), 16º presidente dos Estados Unidos. (N. T.)

sim o fervoroso deleite de uma comunidade minúscula pela posse de uma coleção pública de livros é a manifestação sentimental de um anseio social profundamente arraigado. A civilização norte-americana sente tal paixão crucial por livros que, em sua franqueza e simplicidade, deixa de discernir sua qualidade. Soube-se que uma cidade, de bom grado, aprovou a cobrança de um imposto para financiar a compra de romances de quarta categoria para entretenimento de seus habitantes, enquanto qualquer proposta de apoio da comunidade à música, teatro ou artes plásticas era ridicularizada como utópica. Portanto, não é de surpreender que a biblioteca reflita ao extremo a tolerância norte-americana da feminização de sua cultura.[1]

Com frequência, o estado atual da biblioteca norte-americana é desanimadoramente confuso até se tomar conhecimento dos elementos fundamentais que entraram em sua estrutura. Em condições normais, nosso organismo político é estranhamente indiferente a seu próprio bem-estar. É possível, comumente, na ausência de algum interesse público, que um individualista teimoso venha a ditar políticas públicas de acordo com suas próprias fantasias voluntariosas. Os anseios de um fundador de biblioteca e as inclinações de administradores leigos amiúde causam um estranho desvio daquilo que é declaradamente uma instituição comunitária. Mais de uma grande cidade do interior possui uma biblioteca pública que fica quase deserta porque essas pessoas, incidentalmente poderosas, esforçam-se por atingir um ideal cultural romântico: a melhor biblioteca, segundo seu juízo, é a biblioteca herdada por um cavalheiro inglês, latifundiário, de uma longa linhagem de ancestrais com diplomas universitários; sua cidade terá essa biblioteca, queira ou não o povo. Ou, se o idoso que se vir eleito para um cargo administrativo tiver uma índole diferente, suas decisões podem ser ditadas por um padrão

[1] Sobre a questão da feminização das profissões da cultura em geral e da biblioteconomia em particular, nos Estados Unidos: GARRISON, Dee. The tender technicians: the feminization of public librarianship, 1876–1905. *Journal of Social History*, v. 6, n. 2, p. 131-159, Winter, 1972–1973. (N. T.)

literário obsoleto: em sua opinião, nenhum livro importante foi escrito desde o começo do século; o programa da biblioteca, por conseguinte, será limitado apenas àquela literatura que se enquadrar nesses cânones de qualidade. E por aí a fora. Seria possível para quem estuda a história das bibliotecas identificar variedades quase infinitas desses fatores pessoais que constantemente atrapalham o processo de desenvolvimento da instituição.

Um estudo das forças específicas que houverem determinado qualquer evento significativo na história das bibliotecas deve, obviamente, ter seu lugar em todo programa de ciência profissional. Os conhecimentos, porém, resultantes desses estudos serão evidentemente mais uma contribuição para o bem-estar intelectual da biblioteconomia do que um pré-requisito para sua existência. Existem, porém, outras questões, de natureza exclusivamente histórica, que são fundamentais para a função primordial da biblioteca. Conforme vimos, os elementos fundamentais da biblioteconomia consistem na acumulação de conhecimentos pela sociedade e sua contínua transmissão às gerações vivas na medida em que esses processos são efetuados através da instrumentalidade de registros gráficos. Uma vez que cada unidade na aquisição de conhecimentos, sua redução à escrita e sua apropriação pelo leitor individual constituem um evento específico, é evidente que aqui temos de lidar com fenômenos históricos. Das várias espécies de história envolvidas algumas já estão bem estabelecidas; outras têm sido negligenciadas quase por inteiro.

II

A primeira delas é a história do próprio conhecimento, se pudermos empregar este termo em seu significado mais amplo possível. É preciso traçar uma divisão desse campo em duas partes, conforme se trate de conhecimentos predominantemente estéticos ou predominantemente fatuais. Se forem estéticos o estudo histórico correspondente será a história da literatura. Isso foi analisado por muitas gerações de estudiosos e seus resultados

fazem parte de todo currículo escolar. São seguidas várias linhas de abordagem. Alguns historiadores da literatura se interessam somente pela qualidade das realizações estéticas. Lançam todo o percurso dos escritos humanos em um presente absoluto e comparam as obras-primas mundiais como se fossem contemporâneas. A elas dedicam sua atenção e seu labor, a fim de comprovar tudo que pode ser conhecido sobre as circunstâncias da origem de cada obra-prima literária, a medida de sua grandeza e a natureza de sua influência. Outros que desconfiam da finalidade de um modelo clássico tentam interpretar a literatura somente em termos de seus próprios antecedentes culturais. Consideram a vida humana como essencialmente um desenvolvimento vegetativo. A seus olhos a tarefa do historiador é explicar a estrutura do corte que fez no período escolhido até chegar às raízes que o alimentam. E ainda há outros que concebem a literatura como um aspecto incidental de uma vida que dilata e contrai com a interação complexa de energias internas. Para pesquisadores desse feitio é tão importante que um período decadente produza livros inferiores quanto uma era dourada dê origem a grandes obras.

A concepção que todo bibliotecário tiver de seus deveres será determinada em parte por sua fidelidade a uma ou outra dessas escolas do pensamento histórico. Se adotar o ponto de vista clássico considerará que sua mais alta contribuição para o bem-estar social será entregar a seus leitores os melhores livros do mundo. Ou, como muitos desses leitores serão incapazes de apreciar o máximo de excelência, ficará feliz ao lhes proporcionar o melhor que possam compreender. Sobretudo, terá sempre a esperança de que cada indivíduo avançará com passo firme rumo às alturas e que o exercício e a prática em níveis inferiores criarão nele o vigor que mais tarde o capacitará a escalar os píncaros. O bibliotecário desse tipo sempre terá uma fé profunda em que existe um grupo de livros que podem ser nomeados como os maiores monumentos literários. Como a obra de Edmund Spenser, por exemplo, é, segundo consenso universal, um clássico preeminente da língua inglesa, um dos propósitos da biblioteca, a partir desse ponto de

vista, será definido como o de convencer o máximo de pessoas a ler *The faerie queene* [*A rainha das fadas*].[1]

Se, entretanto, o bibliotecário adotar uma teoria evolucionária da história literária, ele conceberá seu dever de ofício em termos bem diferentes. Para ele, a importância de qualquer obra literária dependerá basicamente de sua relevância na linha do progresso. A excelência dela será relativa ao campo em que apareça. Sempre que as circunstâncias exigirem de um bibliotecário desse tipo que elabore um curso de leitura ele provavelmente haverá de preferir aqueles livros que tiveram maior influência no desenvolvimento histórico da literatura. Por isso, poderá julgar *Hudibras*[2] mais importante do que a poesia de Spenser, bem como provavelmente atribuirá valor fora do comum a livros modernos porque na ênfase que dá à ideia de progresso tenderá a encará-los como a consumação de tudo que aconteceu antes.

E, ao fim e ao cabo, o bibliotecário que vê a literatura como uma função incidental e contínua da civilização, assumirá uma terceira teoria em seu ofício. Para ele a missão será identificar os livros que guardem relação mais próxima com a condição intelectual do leitor. É quase certo que definirá leitura como a satisfação de um interesse já presente na mente. Se lhe for perguntado sobre Spenser, provavelmente sugerirá, na maior parte das vezes, um livro que trate dos escritos de Spenser e não uma edição do texto original. A grandeza desse poeta, para ele, não está em sua forma de ver a perfeição literária absoluta, ou sua relevância para o desenvolvimento da língua inglesa; mas principalmente em seu sucesso ao expressar o eterno anseio humano por aquela beleza que consiste em uma urdidura de sons, significado, ritmo e simbolismo em uma melodia que parece de algum modo exaltar a qualidade da vida. Um leitor acrítico, com toda probabilidade, tentará compreender essas questões mais facilmente em um livro que as explique do que se ele mesmo fizer a leitura dos versos.

[1] Poema épico alegórico, publicado em 1596, de Edmund Spenser (1552–1599). (N. T.)
[2] Poema satírico de Samuel Butler (1613–1680). (N. T.)

A história da literatura interessa-se apenas pelos textos que apresentam algum valor estético. Eles foram estudados tão minuciosamente que em cada território nacional não somente as grandes obras foram exaustivamente estudadas como, pelo menos para alguns períodos, até obras bem menos importantes de autores pouco significativos. Ao mesmo tempo, esses estudos ampliaram sua perspectiva, a fim de cobrir as interrelações entre diferentes campos e até esboçar as principais tendências da literatura internacional de todas as línguas e de todos os períodos.

II

Em menor escala a mesma coisa foi feita quanto aos livros que registram somente conhecimentos fatuais. Essa é a história da ciência. Quanto a isso somente foram aplicadas duas teorias históricas. A maioria dos autores sobre a matéria sustentam uma opinião que corresponde exatamente à atitude clássica na literatura pura: tudo é orientado com referência a um modelo absoluto. Esse modelo para os conhecimentos fatuais é a verdade assim como a excelência literária o é para escritos estéticos. O historiador da ciência que trabalhe seguindo essa orientação exclui de seu julgamento toda descoberta extravagante que venha a ser demonstrada, em investigações posteriores, como errônea, ou, no máximo, ele a menciona apenas de passagem. Se examinar simplesmente todos os brilhantes expositores de teorias alheias, ele dosará seu louvor com o desprezo pela falta de originalidade deles. Embora seu interesse primordial esteja, por assim dizer, na presença eterna da verdade absoluta, ele sempre mostra ter uma consciência mais profunda do desenvolvimento progressivo do que o classicista literário usualmente possui.

Em compensação, outros historiadores da ciência, em número um tanto menor, seguem uma teoria exclusivamente evolucionária da história. Uma pista falsa na investigação humana da verdade fatual tem para eles o mesmo interesse que uma espécie zoológica extinta tem para um paleontologista. Esforçam-se para

entender como condições da época uma vez tornaram sua existência inevitável e como mudanças posteriores forjaram sua destruição. Desse ponto de vista, o atomismo de Lucrécio,[1] a força vital imaginada por Cuvier[2] ou a fé dos químicos vitorianos em elementos imutáveis têm o mesmo interesse histórico de qualquer hipótese que ainda se sustente como válida.

Mas de qualquer um desses dois pontos de vista a missão da história da ciência está descrita apropriadamente em seu nome. Seu interesse está na origem daquela parte da memória social que consiste em observações, explicações e avaliações no domínio dos fenômenos objetivos. Sua finalidade precípua é explicar a existência de nossos conhecimentos fatuais. Outra vez é óbvio que a prática do bibliotecário será determinada em parte por sua compreensão histórica. Os livros concretos que coloca em sua biblioteca, a maneira como os organiza e cataloga e, principalmente, aqueles especificamente que recomendará a seus leitores devem todos depender, em certa medida, da maneira como ele acredita que contribuirão para a cultura contemporânea. Fará uma grande diferença, portanto, se ele pensar na verdade como um padrão objetivo ou como o limite do qual se acercam gradativamente as estimativas da ciência.

Em geral, seu interesse histórico estará focado comumente nos acontecimentos mais recentes nesse campo do conhecimento. Seu primeiro dever não é demonstrar para seus leitores que os enunciados da ciência são verdadeiros ou mesmo ajudá-los a fazer de fato novos descobrimentos. Ele, essencialmente, deverá agir como um arquivista da cultura e auxiliar seus leitores a encontrarem o que precisam desde que isso tenha sido registrado. Se, no curso de seu trabalho, também puder provisoriamente atuar como um professor informal, a sociedade lhe ficará agradecida. Sempre que lhe for possível, será de seu agrado, do mesmo modo, auxiliar um pesquisador genuíno. Essas, porém, não são suas obrigações prioritárias. Sua tarefa principal consiste em co-

[1] Tito Lucrécio Caro, poeta e filósofo romano (*circa* 94 a.C.–*circa* 50 a.C.). (N. T.)
[2] Georges Cuvier (1769–1832). Naturalista francês. (N. T.)

letar para sua comunidade os registros gráficos da maior importância para seu bem-estar e prospectá-los visando o máximo de proveito deles mediante a organização apropriada e a administração de seu ofício com essa finalidade. Para realizar isso de modo inteligente deve fazer uso constante de seu conhecimento da história da ciência, particularmente em suas fases mais recentes.

O bibliotecário mantém menos contatos com a história da educação, ainda que este seja um tema que brota diretamente da existência de um corpo de conhecimentos de longa duração. De tempos em tempos, a situação da escola pode refletir-se na prática bibliotecária. Normalmente, isso se dá no caso de grandes acontecimentos na educação. Sempre que ocorre uma mudança radical no método ou no conteúdo do currículo escolar, o problema da biblioteca é alterado de alguma forma. Por um lado, os adultos podem tentar, pela leitura, fazer com que sua experiência com os livros se adapte aos novos padrões de ensino. Ao mesmo tempo, pessoas das novas gerações chegarão à biblioteca com um novo conjunto de aptidões e um novo conjunto de exigências. Por exemplo, na memória dos bibliotecários atuais o declínio dos estudos latinos e gregos nas escolas reduziu a uma importância secundária uma vasta literatura que antes ocupava um lugar de proeminência.

IV

Existe, contudo, um quarto aspecto histórico dos conhecimentos e sua transmissão que é da máxima importância para a biblioteconomia. Isso, à falta de um melhor termo, podemos chamar de história da erudição; embora a frase esteja sujeita a certas objeções. A palavra 'erudição' começa a ser empregada quase exclusivamente com o significado de um grau avançado de estudos. Seu significado antigo de mera condição de conhecimento letrado, independentemente de seu nível, parece estar desaparecendo. No entanto esta é uma fase da cultura à qual não seja igualmente aplicável nenhum outro termo. A ideia pode ser expressa para um

grupo de pessoas ao se falar da 'circulação de ideias' entre elas, porém nenhuma modificação nesta frase a fará reduzir-se ao indivíduo. História intelectual é uma expressão que foi antecipada pela história da filosofia. A qualidade, entretanto, do fenômeno em si deve ser levada em conta pela biblioteconomia.

A condição intelectual de um adulto não pode ser descrita em termos exclusivos de sua experiência escolar. Os indivíduos variam conforme a quantidade do que conservam de sua escolaridade. Alguém pode se lembrar de uma grande parte do que chegou a aprender nas aulas que recebeu e, no entanto, fazer pouco uso disso em sua vida mental. Outra pessoa, apesar de preservar muito menos dos efeitos da vida escolar, poderá urdir o que possui no tecido de suas atividades intelectuais. Porém, ainda mais do que isso, grande parte do conteúdo de cada mente adulta foi adquirida fora da sala de aula. Todas as formas de contatos pessoais diretos, além do processo indireto de aprendizagem pela leitura, deixaram seu resquício. O efeito residual total da experiência intelectual de um indivíduo pode muito bem ser chamado de sua erudição.

No que tange à inteligência os membros da sociedade apresentam grande variação. Em um dos extremos temos o analfabeto do interior cujo conhecimento consiste em narrativas tradicionais que não são verdadeiras, e cujos processos mentais raras vezes ultrapassam o reconhecimento de um incidente específico. No outro extremo está a pessoa com enormes estudos cuja vivacidade mental é compatível com seus conhecimentos. Em comparação com a vitalidade e precisão de seu pensamento os movimentos mentais do ignorante são como as trapalhadas de uma criança desajeitada. No entanto, ambas as condições podem ser denominadas como níveis de erudição.

Nesse sentido o termo incluirá fenômenos que são importantes para a biblioteconomia. A erudição de uma comunidade determinará o caráter de sua biblioteca. A erudição de qualquer grupo social específico definirá o serviço que essa biblioteca lhe proporcionará. A erudição de qualquer indivíduo estabelecerá o

alcance e a qualidade de sua leitura. O caráter erudito porém de cada uma dessas unidades sociais é produto dos acontecimentos em sua experiência mental e estes, necessariamente, podem ser somente explicados como história.

O grande papel que é desempenhado pelas influências não-escolares na formação da erudição popular provavelmente fica mais bem demonstrado por um exemplo específico. Durante os últimos vinte anos, o segmento superior, pelo menos, da população norte-americana mais escolarizada adotou um novo tipo de erudição em relação a muitas matérias que são fundamentais para seus ideais de vida. Sobretudo, teorias psicológicas foram completamente incorporadas às ideias e opiniões habituais dessa população. Com mestres como James,[1] Münsterberg[2] e Thorndike[3] já tinham se convencido em certo grau, que só fora antes alcançado por especialistas, de que a atividade mental guarda relação com a fisiologia do sistema nervoso. Em grande parte, talvez, essa percepção fosse produto da educação, pois o estudo formal de psicologia havia sido introduzido nos currículos superiores em período anterior. A segunda mudança, porém, na erudição popular em matéria de psicologia não foi dessa natureza. Durante a segunda década do século XX livros e artigos de Sigmund Freud e seus discípulos foram publicados em quantidades enormes e amplamente lidos. Em geral, a teoria da psicanálise nunca foi aceita pela ortodoxia acadêmica. As universidades contribuíram muito pouco para sua divulgação. Embora atualmente o movimento tenha declinado, seu efeito residual permanece como um fator poderoso. Nos Estados Unidos, a teoria sexual extremada de Freud parece ser geralmente rejeitada, contudo suas opiniões secundárias foram absorvidas pela erudição norte-americana contemporânea. A maior parte das pessoas não pode mais pensar em termos que contradigam certas implicações freudianas. Elas

[1] William James (1842–1910). Filósofo e psicólogo norte-americano. (N. T.)
[2] Hugo Münsterberg (1863–1916). Um dos precursores da psicologia industrial. (N. T.)
[3] Edward Lee Thorndike (1874–1949). Pioneiro da moderna psicologia educacional. (N. T.)

conservam uma crença incondicional de que suas opiniões bem como suas ações podem ser determinadas por motivos inconscientes. Estão convencidas de que desejos frustrados se disfarçam para garantir satisfações simbólicas. Interpretam o caráter com esse tipo de ideias: a expressão 'complexo de inferioridade' conquistou uma circulação quase universal. Tudo isso integrou-se de modo tão completo à mentalidade moderna que já afetou o caráter de grande parte de nossa arte e nossa literatura. Segmentos inteiros da vida intelectual contemporânea são ininteligíveis a não ser mediante um raciocínio freudiano.

Essa transformação completa da erudição popular em relação à teoria psicológica teve paralelo em movimentos igualmente revolucionários em outros campos. Poucas das pessoas de hoje em dia poderiam aceitar em muitos detalhes as opiniões de seus avós no domínio da religião, política e conduta ética. Essas mudanças não se verificaram por causa de alguma alteração básica da instrução escolar. São o produto de forças menos tangíveis que foram originariamente liberadas por meio da instrumentalidade dos livros impressos. Isso, porém, não é algo exclusivo da vida atual. Quando a teoria da evolução era nova, ela, da mesma forma, foi apropriada em toda a Europa ocidental por uma geração que havia chegado muito tardiamente para aprendê-la nos livros escolares. De modo igual, em período anterior, os povos de língua inglesa adotaram uma nova teoria de justiça social que levou à abolição da escravidão, exatamente como, antes disso, os colonos norte-americanos graças a seu desenvolvimento da erudição popular sobre organização política haviam se lançado a estabelecer sua independência. Mesmo a Reforma protestante foi em parte desencadeada pela mudança das ideias e opiniões do público, ocorrida ao longo de seis décadas por causa da invenção da imprensa. Desde que o primeiro prelo foi instalado, foi possível que alguns pensadores originais de cada geração injetassem suas ideias diretamente no fluxo principal da corrente social. Deveras, é provavelmente isso que sozinho dá à cultura moderna sua peculiar suscetibilidade a opiniões novas. As instituições so-

ciais organizadas são notoriamente conservadoras e persistentes quanto aos costumes tradicionais. Se a erudição popular pudesse ser obtida somente por meio da escola, da igreja e do púlpito, a mente da civilização provavelmente se moveria de modo muito mais lento do que hoje em dia. Como hoje estão as coisas, a organização econômica da própria imprensa premia a novidade intelectual. O inovador tem hoje acesso à mente da sociedade em um grau que jamais havia sido possível.

Tudo isso, naturalmente, contém um claro significado para o bibliotecário. Ele não deve pensar em seus clientes simplesmente como se fossem muitos alunos atrasados que devessem fazer recuperação nos estudos com ajuda da biblioteca, a partir de onde a escola os deixara. O adulto normal é muito mais do que isso. É sobretudo membro de sua comunidade. Sua vida intelectual foi completamente socializada e participa daquilo que outras pessoas estão pensando. Lendo ou não lendo, ele é profundamente influenciado pelos autores marcantes de sua época.

Tais autores, de modo um tanto curioso, com muita frequência não são as figuras exponenciais. Não são muitas as grandes obras que abriram novas épocas na literatura ou no conhecimento que chegaram a conquistar grande popularidade. A influência delas nas mentes das pessoas se dá quase invariavelmente por meio de agentes intermediários. Pessoas de menor originalidade são as mais bem sucedidas em termos de exposição. Para que um pensamento se torne socialmente ativo deverá ser formulado em termos que sejam atuais. Uma mente que seja tão independente ao ponto de poder romper as barreiras da opinião comum e descobrir novas verdades é em geral igualmente original em seus modos de expressão. Livros que apresentem uma originalidade verdadeira raramente serão de leitura fácil. Pessoas de discernimento que sejam respeitosas das convenções devem sempre compreender as ideias inovadoras e reformulá-las com habilidade pedagógica perante uma comunidade que possa compreendê-las. Esse é um processo contínuo, Em geral os elementos permanentes de qualquer cultura podem aparecer ativamente na forma de

erudição popular somente se cada geração houver sido exposta a eles por autores de sua própria época. É isso que proporciona valor social à maioria dos livros escritos. É uma falácia supor que a reiteração incessante de fatos, ideias e opiniões consagrados seja atividade desnecessária e inútil. Cada geração, até mesmo cada década em uma civilização que muda tão rapidamente quanto a nossa, deve reescrever o registro de sua herança cultural, a fim de que tenha continuidade sua transmissão para um sem-número de indivíduos vivos. O livro que era corrente há vinte anos hoje é mais obsoleto e estranho a nossos hábitos mentais do que outro de dois séculos de idade para o leitor do final da época medieval.

Assim, acontece que a biblioteca deve valer-se ao máximo da obra de curto fôlego de autores que careçam de algum talento original. Tratar esses autores como de segunda categoria porque se limitam a expor de novo, ao invés de criar, é perder de vista sua importância social. Eles pertencem, por um breve período, à vanguarda como portadores de contágios intelectuais. É dever do bibliotecário explorar a vitalidade desse tipo de obra enquanto ainda esteja viva. Para assim agir, deverá observar com a imparcialidade de um historiador cada um dos mais relevantes movimentos da erudição contemporânea. Sua tarefa será diferente das de outros historiadores da produção literária. Não se interessa pela literatura enquanto literatura ou com o conhecimento enquanto conhecimento. Seu interesse fundamental está no uso atual que é feito deles em sua própria época e em sua própria comunidade. A importância de um livro para a biblioteca é determinada por sua real popularidade, a qualidade e as dimensões de sua influência na vida intelectual das pessoas que a utilizam.

Como estudioso dessas duas disciplinas históricas, a história da literatura pura e a história literária da erudição, o bibliotecário lança mão de certos processos técnicos que lhe são próprios. Esse é o método especial da bibliografia. No curso de gerações de leitores desenvolveu-se um sistema para registrar, em forma breve, algumas das características mais essenciais de qualquer livro. A utilidade das convenções técnicas implícitas nisso não precisa

ser questionada. Foram postas à prova e comprovadas pela experiência universal. Infelizmente porém pouca atenção foi dada aos princípios que lhes conferem essa importância. Como é habitual nos debates profissionais dos bibliotecários, um interesse exclusivamente pragmático impediu o desenvolvimento da teoria respectiva. A atenção concentrou-se no processo ao invés da função. O bibliógrafo invariavelmente sabe exatamente como fazer seu trabalho, mas mui amiúde tem pouco entendimento claro do porquê daquilo que está fazendo.

A bibliografia formal parece manter a mesma relação com a história dos livros que a cronologia parece fazer com a história de qualquer outra atividade social. Trata-se de um resumo despojado e simplificado de certos fatos importantes e que se justifica inteiramente por sua conveniência e utilidade. Mas se for eventualmente tomado equivocadamente como tendo mérito em si mesmo, não apenas perde seu valor, mas se torna positivamente prejudicial. É o fato e não seu registro que tem importância para a humanidade. Simplesmente elencar livros e descrevê-los pode ser uma atividade mental, mas não intelectual, no sentido usual desse termo. Uma abreviação precisa sempre ser expandida antes que se torne inteligível. Os registros bibliográficos de uma biblioteca são apenas um inventário de seu conteúdo. A menos que o bibliotecário possua uma clara consciência histórica daquilo que esses verbetes abreviados representam, é bastante provável que às vezes conseguirá atender à sua comunidade de modo precário.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS

Suscitar a questão de valores práticos para uma pessoa cuja vida inteira é dedicada por completo a uma atividade profissional parece-lhe, comumente, algo similar a um sacrilégio. Nem sempre contribui para as amenidades da ocasião observar para um artista, músico ou filósofo que o valor social de seu trabalho é algo questionável. Inclusive comentar com apreço que certos aspectos dele são válidos provavelmente será ofensivo devido à implicação de que algo a ele concernente não o seja. O cientista também adota atitude semelhante. Para ele qualquer extensão dos conhecimentos humanos sistematizados se justifica por si mesma. Um leigo contudo na privacidade de sua própria mente acha essa questão de utilidade uma matéria não desprovida de interesse. Podemos, portanto, estar justificados, neste estudo geral sobre biblioteconomia, se voltarmos nossa atenção, por enquanto, para o exame de alguns dos possíveis benefícios que poderão advir do desenvolvimento.

I

Uma filosofia profissional proporcionaria à biblioteconomia aquela franqueza de ação que só pode brotar de uma consciência integral quanto ao propósito. Com certeza trará grande diferença para o bem-estar da comunidade se essa instituição pública for concebida como um elemento social necessário e normal ou como dádiva supérflua a felizes indivíduos. Por uma dessas opiniões o serviço será prestado como um dever óbvio, por outra

poderá facilmente degenerar em favoritismo burocrático. Fará grande diferença para a continuidade da biblioteca se a instituição proposta for considerada parte essencial do aparato social da educação pública ou como dispositivo para certos requintes ocasionais da vida. A primeira opinião inspirará ação imediata com financiamento público, a outra protelará até chegar a oportunidade da munificência particular. Fará grande diferença se o bibliotecário for visto como um servidor público ou simplesmente como um ocupante de um cargo cobiçado. Pela primeira teoria ele deve ser selecionado em função da educação profissional, de sua experiência e de sua eficiência, pela outra, será por comiseração ou compromisso pessoal. Fará grande diferença para o jovem que está hesitante diante da escolha de sua carreira se ele acreditar que a biblioteconomia é uma profissão ou uma ocupação. Fará grande diferença na qualidade de sua formação se a escola visualizar sua atividade futura como a administração de um órgão público ou como a correta supervisão de um procedimento rotineiro. E assim se pode facilmente dar seguimento à história sem fim, mas, sobretudo, não deveria ser preciso uma argumentação longa para convencer a quem quer que venha a estudar seriamente essa questão que uma compreensão da teoria social da biblioteca contribuirá para sua administração com sucesso.

Talvez o valor prático de conhecimentos exatos de psicologia será menos aparente. Pode-se afirmar de modo plausível que tendo em vista que todo bibliotecário foi leitor, a lembrança de sua experiência deverá ser suficiente guia para a compreensão das perplexidades dos outros. No entanto isso certamente não é verdadeiro em outras matérias similares. Ter sido estudante não qualifica ninguém como professor. Uma experiência longa e variada com os benefícios e abusos da vida política em si não produz estadistas. Enquanto um leitor lê, sua atenção está presa ao livro. Raramente ele se observa durante esse processo.

Mais do que isso, porém, o gosto pela leitura de cada indivíduo, sua motivação, seu método e seu proveito lhe são peculiarmente próprios. São o resultado complexo de si mesmo e de sua

experiência intelectual. Valer-se disso como regra para avaliar as capacidades, necessidades, ideais e desejos de outrem é quase tão tolo quanto seria julgar seu estado físico pela própria sensação de bem-estar de quem avalia. Qualquer pessoa que vê na sociedade somente a duplicação infinita de sua própria personalidade comumente vive uma vida de perpétua confusão intelectual. Deblatera com os colegas constantemente por não fazerem como ele faz. Atribui o desrespeito a suas normas à ignorância ou à maldade. Não imagina que eles sejam verdadeiros consigo mesmos exatamente porque são diferentes dele na forma de pensar e de agir. Enquanto não puder se imaginar agindo de modo diferente se ele e seu passado tiverem sido diferentes, ninguém poderá alcançar uma compreensão favorável da humanidade. Uma imaginação desse tipo é impossível a menos que se tenha observado, sem predisposição, os atos alheios.

Por se tratar de uma questão tão pessoal quanto é a leitura estas considerações assumem importância dominante. A biblioteca não é um posto missionário para a pregação de um evangelho literário estabelecido que seja eternamente verdadeiro. O dever do bibliotecário não é seduzir as pessoas, contra suas vontades, para se converterem à sua maneira de pensar. Ele é simplesmente o guardião dos arquivos culturais da sociedade. A responsabilidade que assume com seu ofício é prospectar esses arquivos, em proveito da comunidade, até o limite máximo de sua capacidade. Portanto, uma fase decisiva do serviço da biblioteca a qualquer leitor será assisti-lo com um método eficaz para que concretize seu próprio objetivo pessoal, desde que este não seja antissocial, e protegê-lo de vir a desperdiçar esforços em atividades que serão infrutíferas no que toca a sua vontade imediata. Para tudo isso é preciso que haja uma compreensão solidária da motivação e da capacidade mental do indivíduo. A biblioteconomia eficaz é principalmente uma questão de acurado diagnóstico psicológico.

Da mesma maneira é o ofício do bibliotecário com referência aos livros sob sua custódia. Sua eficiência na utilização deles em proveito da comunidade dependerá do conhecimento que tiver

acerca de seu conteúdo. No entanto é obviamente impossível para qualquer pessoa conhecer o conteúdo de tantas obras lendo-as uma a uma. Ao longo de um ano, o mais assíduo dos leitores raramente poderá examinar mais de duzentos volumes. Nesse ritmo, toda uma vida será insuficiente para travar um conhecimento pessoal com dez mil livros. Para comparar, calcula-se que a literatura mundial chega a aproximadamente oito milhões e meio de escritos. O bibliotecário, como profissional, deve esforçar-se para tomar conhecimento dos livros e não para conhecê-los diretamente. Seu estudo básico é a história bibliográfica. Ela consiste, como vimos, nas histórias separadas da literatura, da ciência e de sua efetividade combinada no sistema atual de erudição. Além do mais é óbvio que o proveito que ele auferir desses estudos dependerá muito grandemente de sua capacidade de ler os inventários da bibliografia formal como uma versão taquigráfica da história. O bibliotecário deve conhecer não apenas sociologia especializada e psicologia, mas também um tipo específico de ciência histórica.

II

É de se esperar que o desenvolvimento da biblioteconomia faça mais pela prática profissional do que até mesmo os indiscutíveis benefícios que resultarão de uma clara definição das motivações profissionais. Determinará aquele arcabouço teórico sem o qual se torna impossível qualquer ampliação intencional dos conhecimentos. A aceitação da ciência pelo homem moderno caracteriza-se por duas fases distintas: ele crê que o conhecimento que detém é da máxima utilidade; ele também é possuído de um otimismo de que esse conhecimento pode ser aumentado, com o mesmo valor, quase indefinidamente. Ele pode censurar a aparente futilidade de certos estudos, mas sua fé na pesquisa, como tal, permanece inabalável. Contudo, apesar da força dessas convicções ele normalmente tem uma concepção dos métodos científicos de estudo que é irremediavelmente equivocada. Alguém

pode suspeitar ao folhear alguma revista de biblioteconomia ao acaso que as demandas repetidas por pesquisa neste campo implicam com muita frequência apenas uma suposição de que isso nada mais exigirá a não ser tempo e dedicação. Na realidade, não existe pesquisa científica enquanto não for formulada uma hipótese teórica. Químicos não fazem misturas aleatoriamente para ver o que acontecerá. Biólogos não empurram sob seus microscópios o primeiro organismo vivo a seu alcance. Pedagogos não se lançam à sala de aula mais próxima ou sociólogos à penitenciária que esteja mais perto. Antes que possa haver observação científica tem de haver reflexão intelectual. Cronologicamente, o experimento vem depois da hipótese, não antes dela.

Há muitos fatores no atual estado dos estudos científicos que turvam a verdadeira natureza da própria ciência. O fator talvez mais forte é que na multiplicidade de atividades popularmente denominadas científicas uma parte muito explícita é ocupada por técnicas que são meramente pedagógicas. Para cada laboratório dedicado à pesquisa há centenas cujo único propósito é desenvolver nos estudantes um conhecimento direto de fenômenos e o hábito dos procedimentos científicos. Em grau menor, isso também é verdadeiro no caso de muitas das pesquisas que são realizadas por candidatos a graus acadêmicos superiores. O próprio estudante ainda é muito ignorante do campo para descobrir um problema relevante; seu professor comumente está tão assoberbado pela mesma necessidade de cada um de sua extensa série de alunos que sua imaginação não pode apresentar um problema no calor da hora. Na verdade, em alguns campos que vêm sendo trabalhados há muito tempo é quase impossível identificar um tema razoável para uma tese que ainda não tenha sido utilizado. E, sobretudo, os interesses tanto do candidato quanto de seu orientador estão concentrados na questão do método. Portanto, não surpreende nem é lamentável que grande parte da produção desse tipo de pesquisa seja superficial, uma mera coletânea de fatos óbvios discutidos com toda a pompa possível da manipulação científica e do jargão técnico.

Felizmente a ciência não depende dessa espécie de coisas para sua sobrevivência. Ela continua a progredir apesar de, ou, antes, em virtude da multidão de seus devotos. Somente eles podem contribuir para o processo que concebe sua busca com referência a sua significância geral, e para isso uma teoria intelectual é pré-requisito. Mas, infelizmente, para o neófito e o leigo o que é mais notável é visto como mais impressionante. Devido a que inúmeros daqueles que estudam ciência estão empenhados ativamente em contar, pesar e medir detalhes das coisas como elas são, pareceria que para desbravar um novo campo de pesquisa tudo que é necessário é dar início nessa área às mesmas operações. Contudo o fato irredutível é que mesmo antes que a observação possa tornar-se científica é preciso que haja uma ciência, pelo menos na forma de hipóteses. Isso é mais do que nunca verdadeiro no caso da biblioteconomia. Não poderá haver buscas enquanto quem as fizer não haja decidido sobre o que buscará. E isso deve revestir-se de importância científica.

III

Um terceiro benefício provável que se pode esperar em decorrência do desenvolvimento da biblioteconomia será a forma pela qual ela se diferenciará das várias atividades profissionais. Antigamente essa diferenciação era desconhecida na biblioteconomia. O fato de isso não mais ser verdadeiro surgiu em grande parte através de distinções pragmáticas e não por causa do desenvolvimento de teorias e princípios. Portanto, talvez não seja fora de propósito lembrar o que uma vez foi o estado comum da profissão. Um leigo talvez não consiga ver com clareza na confusão que se tornou dominante em certas áreas da biblioteconomia se não imaginar o que seria o campo da medicina se não houvesse distinção entre médicos, enfermeiras e técnicos de enfermagem. Nenhum deles se considera capaz de executar corretamente as tarefas dos outros. Mesmo o médico, cuja formação foi bastante laboriosa, embora deva entender o trabalho executado nos outros

dois níveis, comumente sabe que será desajeitado e ineficiente se tentar realizá-lo. Houve um tempo, contudo, em que as nomeações e promoções nas bibliotecas eram feitas comumente sem quase qualquer apreço pelos conhecimentos profissionais e com muito pouca consideração quanto à inteligência e a personalidade. Mais de uma vez verificou-se que um candidato bem-sucedido nenhuma qualificação tinha a oferecer a não ser sua inaptidão para qualquer outro emprego acadêmico. Normalmente não se fazia distinção alguma entre o nível profissional, técnico e administrativo, apesar de ser patente a diferença. O trabalhador profissional da biblioteca deve possuir um conhecimento científico geral que o capacitará a identificar as complexas necessidades de uma comunidade heterogênea em matéria de biblioteca. Sua preocupação primordial é com o efeito social da instituição. O trabalhador técnico da biblioteca deve ter recebido treinamento vocacional para controlar o aparato da biblioteca em vista da concretização eficiente dos objetivos que lhe foram atribuídos. Sua preocupação é com a eficiência interna da instituição. O trabalhador administrativo da biblioteca precisa de aptidões operacionais que lhe permitam alcançar determinado propósito. Sua preocupação está nas operações que ocorrem em sua escrivaninha. Algumas pessoas são tão talentosas que podem movimentar-se com segurança entre o campo mais estrito e o mais amplo sem qualquer outra orientação a não ser a autoeducação resultante da análise perspicaz de sua experiência, mas essas pessoas são muito raras. Contudo atualmente nem sempre se faz distinção entre esses vários níveis. Profissionais são ainda recrutados às vezes dentre os técnicos. É como se ainda não dispuséssemos de método mais seguro de formar médicos do que designar para esse ofício as enfermeiras mais talentosas.

No caso da medicina a ciência profissional estabelece a gradação segundo a capacidade e o talento. Não se trata simplesmente de uma questão de duração da formação. A ciência médica chegou a um estádio em que a simples dedicação e obediência à instrução não mais garantem sua apreensão. Ela deve ser compreendida e

isso está além da capacidade dos níveis inferiores de inteligência. A qualidade intelectual da ciência exigida pela autoridade para sua prática serviu como barreira para manter distantes a maioria daqueles que carecem de certo grau de talento mental. Por conseguinte seria de parecer que na situação atual de confusão social e futilidade, a profissão médica foi particularmente feliz. Há provavelmente menos médicos claramente inadequados para seu ofício em proporção com seu número total do que qualquer outra profissão de formação superior. O médico ruim é mais provavelmente malvado do que ignorante.

Talvez a biblioteconomia não possa ter a expectativa de vir a contar no futuro imediato com uma ciência profissional igualmente eficaz para selecionar entre seus convocados aqueles que sejam de fato intelectualmente competentes para a direção profissional da biblioteca. Poderá, porém, pelo menos, ter a esperança de se aproximar mais disso com êxito do que teria sido no passado. E, com certeza, depois que tiver generalizado e sistematizado seu conhecimento profissional conseguirá pela primeira vez distinguir entre aqueles que estejam capacitados a levar a cabo pesquisas eficientes e aqueles que claramente não estejam. A capacidade de contar e mesmo calcular um erro provável não são as únicas qualificações que serão exigidas caso se queira resolver os problemas mais prementes da biblioteconomia.

IV

Ainda outro possível benefício, e o último a ser visto neste estudo, é o de criar para a biblioteconomia um sentido de unidade profissional. De novo, neste ponto, houve algum progresso e a falta de organização não é tão grande quanto antes. Mas esse movimento, infelizmente, tem sido uma busca pragmática por melhoramentos específicos e não a adoção de um princípio claramente concebido. No atual cenário, até mesmo um programa nacional parece raras vezes ir além de pensar em unidades. A biblioteca é vista basicamente como administradora de seus

serviços para leitores individuais assim como necessidades comunitárias são medidas em termos de instituições separadas. Da mesma forma, a necessidade de coordenação com outras instituições educacionais é comumente vista apenas como uma série de ações voluntárias individuais. A intensidade da lealdade institucional que marca o bibliotecário comum é assustadora. Em uma grande comunidade atendida por muitas bibliotecas a ausência de cooperação e a ignorância recíproca acarretam uma duplicação inquietantemente custosa de bens e operações. Aparentemente só poucas áreas residenciais foram seriamente consideradas como campos para um possível serviço unificado de bibliotecas. A concepção de que instituições separadas poderiam tornar-se elementos constituintes de um sistema organizado que congregaria seus livros e atribuiria várias tarefas especializadas ainda é um sonho utópico. Com certeza nada disso será possível enquanto a biblioteconomia não desviar sua atenção do processo para a função. Quando o fizer perceberá seus fenômenos em termos de uma ciência das bibliotecas.

ÍNDICE

(O índice remete apenas para as páginas do texto de Pierce Butler)

acaso, 20
anúncios, 56, 57, 58
atividade profissional, 56
auxílio dos leitores, 60
bibliografia, 75
bibliotecas norte-americanas, 62, 63
biblioteconomia, níveis de, 81, 82
botânico, 14
causalidade, 16, 17, 18, 20, 23
ciência
    história da, 67, 68, 69
    história da palavra, 7, 9, 10
    limitações da, 26
clubes de livros, 58
conhecimentos, acumulação de, 64
conservadorismo institucional, 6, 41
cooperação bibliotecária, 84
    tipos históricos de, 61, 62
crianças, livros para, 39
currículos de ensino, 37. 42, 45, 65, 69, 71
diversão, leitura como 51, 54
educação, 33, 34, 35, 37
    história da, 69
epistemologia, 11
erudição, 3, 60, 69-74, 79
escola, 36, 37, 41, 42, 55, 62, 65, 69, 70, 72, 73, 77
escrita, evolução da, 31, 32
espanhol, ensino do 41, 42
estatística, 23, 24, 25, 33
estilo literário, 49
evolução, teoria da 17, 72
experiência casual, 5
    psicologia da, 43, 77
experimento, 15, 49, 80
feminização, 63
ficção, 39, 50
fronteira, vida em regiões de, 62
função *versus* processo, 25, 84
hipótese teórica, 80
história
    bibliográfica, 79
    da ciência, 67
    da educação, 69
    da erudição, 69
    da literatura, 64, 67, 74
    das bibliotecas, 61
ilustração de livros, 60
imprensa, 28, 60, 72, 73
inferioridade, complexo de, 72
institucionalismo, 6, 41
instrumentos científicos, 12
jornais, 52, 57, 58
latim, ensino do 41, 42
leitores anormais, 39, 52
leitura
    anormal, 39, 52
    como diversão, 54
    como passatempo, 54
    como quase-experimento, 50
    de ficção, 49

de jornais, 52, 57, 58
efeito social, 39
motivações, 45-47, 51, 54, 56 , 77
obstáculos à, 45-46
para informação, 47
por passatempo 51
por prazer, 47
psicologia da, 43, 77
limitações da ciência 26
Lincoln, Abraham, 62
livros
função dos, 32
ilustrados, 60
juvenis, 39
origem, 29
mediadores de ideias, 73
medicina, 18, 28, 81, 82, 83
megalomania, 53
metabolismo intelectual, 40
metafísica, 12, 26
método
histórico, 18
humanístico, 27, 36
modelo
clássico, 65
humanístico, 10, 28, 36
56, 77
motivações para ler, 45-47, 51, 54,
56, 77
música, 49
observação quantitativa, 13
obstáculos à leitura, 46
origem social do livro, 28
pensamento moderno, 8, 10-13,
16-17, 19
pesquisa em biblioteconomia, 3,
80-81, 83
pessoas como fatores na história, 63
poesia, 38, 42, 44, 48, 66
prazer, leitura por, 50
probabilidade, 20-24
psicologia
da leitura, 41, 77
freudiana, 71, 72
social, 42
raciocínio matemático, 19
Reforma protestante, 61, 72
revistas, 58
sânscrito, estudo do, 40
seguro de vida, 22-23
subjetivismo, 26
sucesso dos livros, 73-74
teoria, 80
teses, 80